

Sexta-Feira, 27 de Maio de 1977



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO DE 26 DE MAIO

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
 José Gonçalves Sapinho
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente e foi aprovado o n.º 104 Diário. Foi ainda dada informação sobre a apresentação, pelo PSD, do projecto de lei n.º 50/I, relativo ao arrendamento rural, e sobre a apresentação, pelo PS, de uma nova versão do projecto de lei n.º 46/I, relativo a incapacidades cívicas contempladas no artigo 308.º da Constituição. Foi também dada informação sobre requerimentos apresentados e respostas recebidas.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado José Luis Nunes (PS), na sessão anterior, sobre o aumento da criminalidade em Portugal, usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP). O Sr. Deputado Fernando Costa (PSD) usou também da palavra para um protesto em relação a afirmações do Sr. Deputado da UDP na sessão anterior, na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Luis Nunes, tendo o Deputado da UDP respondido com um contraprotesto.

A Sr.^a Deputada Carmelinda Pereira (Indep.) apresentou um voto de protesto contra a repressão aos estudantes no Porto, a reintegração de professores saneados e o encerramento da Universidade de Coimbra. Intervieram na discussão deste voto de protesto os Srs. Deputados Carlos Brito (PCP), que requereu o adiamento da votação para a sessão seguinte, e Acácio Barreiros (UDP).

O Sr. Deputado Pereira Vilar (PSD) tratou dos problemas que urge resolver no sector da agricultura com vista à recuperação económica do País.

O Sr. Deputado Angelo Vieira (CDS) denunciou a montagem de um aparelho de escuta no Aeroporto de Lisboa, na zona de recepção do IARN aos expulsos de Moçambique. O Sr. Deputado José Luis Nunes (PS) sublinhou a gravidade do facto denunciado, congratulando-se que o Deputado do CDS tenha feito a competente participação à Polícia Judiciária.

O Sr. Deputado Sousa Marques (PCP) ocupou-se do problema do aproveitamento da energia nuclear para fins

pacíficos, particularmente para a produção de energia elétrica, e das iniciativas e posições que sobre a matéria entre nós têm sido tomadas. O Sr. Deputado Nuno Abecasis (CDS) fez também algumas considerações a respeito da matéria, às quais replicou o Deputado do PCP.

O Sr. Deputado Carvalho Ribeiro (PSD) advogou a necessidade de adequado aproveitamento da região do Vouga, cuja potencialidades económicas sublinhou.

O Sr. Deputado Mendes Godinho (PS) condenou uma manifestação realizada na véspera em Tomar e promovida por quadros do PSD, durante a qual, a propósito da anunciada reestruturação da rede hospitalar, se reclamara contra pretenso encerramento do hospital daquela cidade. O teor da intervenção provocou um protesto por parte do Sr. Deputado Sénvilo Correia (PSD), ao qual replicou o Sr. Deputado José Luis Nunes (PS).

Ordem do dia. — Na primeira parte foram autorizados os Srs. Deputados Lino Lima e Francisco Miguel a prestar declarações ao Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, tendo o segundo usado da palavra sobre o pedido de comparência relativo à sua pessoa.

Na segunda parte, depois de um requerimento de Deputados dos quatro grupos parlamentares ter feito baixar à 6.º Comissão, para discussão e votação na especialidade, a proposta de lei n.º 67/I, que altera o artigo 43.º do Código da Contribuição Industrial, foi lido pelo Sr. Deputado Leitão Paulo (CDS) o relatório da Comissão de Trabalho relativo à votação na especialidade do projecto de lei n.º 39/I, sobre quotização sindical.

Por sua vez, o Sr. Deputado Pinto da Silva (PS) leu a parte final do relatório da mesma comissão relativo à votação na especialidade da ratificação do Decreto-Lei n.º 841-C/76, contendo o texto das alterações ao articulado aprovadas pela comissão. Em virtude de requerimentos nesse sentido, respectivamente do PCP e do PSD, as duas votações finais globais foram adiadas para a sessão seguinte.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 18 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
Alcides Strecht Monteiro.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
Álvaro Monteiro.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Barros dos Santos.
António Cândido Macedo.
António Chaves Medeiros.
António Duarte Arnaut.
António Fernandes da Fonseca.
António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.
António José Pinheiro Silva.
António Magalhães da Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
António Rico Calado.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
Dieter Dellinger.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Abel Simões.
Fernando Gomes Vasco.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco António Marcos Barracosa.
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
Francisco do Patrocínio Martins.
Herculano Rodrigues Pires.
Herländer dos Santos Estrela.
Jerónimo da Silva Pereira.
João Francisco Ludovico da Costa.
João da Silva.
João Soares Louro.
Joaquim José Catelho de Meneses.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José Alberto Menano Cardoso do Amaral.
José Borges Nunes.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
José Ferreira Dionísio.
José Gomes Fernandes.
José Justiniano Taboada Brás Pinto.
José Luís do Amaral Nunés.
José dos Santos Francisco Vidal.
Ludovina das Dores Rosado.

Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.

Luís Patrício Rosado Gonçalves.

Manuel Augusto de Jesus Lima.

Manuel do Carmo Mendes.

Manuel João Cristino.

Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.

Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.

Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.

Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

Maria Margarida Ramos de Carvalho.

Raúl d'Assunção Pimenta Régo.

Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Sérgio Augusto Nunes Simões.

Telmo Ferreira Neto.

Teófilo Carvalho dos Santos.

Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amantino Marques Pereira de Lemos.

Américo de Sequeira.

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.

Antídio das Neves Costa.

António Augusto Gonçalves.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Coutinho Monteiro de Freitas.

António Egídio Fernandes Loja.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

António José dos Santos Moreira da Silva.

António Júlio Simões de Aguiar.

Armando António Correia.

Carlos Alberto Coelho de Sousa.

Eduardo José Vieira.

Fernando Adriano Pinto.

Fernando José da Costa.

Francisco Barbosa da Costa.

Francisco Braga Barroso.

Gabriel Ribeiro da Frada.

João Afonso Gonçalves.

João António Martelo de Oliveira.

João Gabriel Soeiro de Carvalho.

João Lucílio Cacela Leitão.

João Manuel Ferreira.

João Manuel Medeiros Mateus.

Jorge Ferreira de Castro.

José Adriano Gago Vitorino.

José António Nunes Furtado Fernandes.

José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.

José Ferreira Júnior.

José Gonçalves Sapinho.

José Joaquim Lima Monteiro Andrade.

José Júlio Carvalho Ribeiro.

José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.

José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.

José Rui Sousa Fernandes.

José Theodoro de Jesus da Silva.

Júlio Maria Alves da Silva.

Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

Manuel Cunha Rodrigues.

Manuel Henrique Pires Fontoura.

Manuel Sérgio Vilalobos Menezes.

Manuel Valentim Pereira Vilar.

Mário Fernando de Campos Pinto.

Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribeira da Silva Vieira.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 José Cunha Simões.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.
 António Marques Matos Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel Pereira Franco.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro e Sá.

Victor Manuel Benito da Silva.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)
 Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 192
 Srs. Deputados.
 Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.
Eram 15 horas e 30 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

EXPEDIENTE

Exposições

De delegados sindicais da Maniot Portugal, L.ª, sobre o despedimento de quarenta e seis trabalhadores, deferido por despacho injusto e arbitrário do Ministro do Trabalho.

De Brasilino da Costa Godinho, topógrafo-chefe dos Serviços Técnicos da Junta Distrital de Aveiro, em seu nome e em representação de uma classe que se sente impotente e marginalizada, sobre a manutenção da situação injusta, resultante da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 76/77 — Disparidade entre as categorias de topógrafo e desenhador.

De um grupo de trabalhadores da Estação de Melhoramento de Plantas, em Elvas, sobre as suas condições salariais — ganham 4800\$ mensais, desde Agosto de 1975.

Moção

Do núcleo de Portimão do Movimento para a Defesa dos Direitos dos Pequenos e Médios Accionistas das Empresas Nacionalizadas exigindo que o valor a atribuir às empresas seja o seu valor real à data do encerramento da Bolsa e que não exceda cinco anos o período considerado para efeitos do cálculo médio das cotações.

Cartas

Da Cooperativa Agrícola do Ameixial, de Estremoz, da Cooperativa Agrícola 28 de Setembro, de Montemor-o-Novo, da Cooperativa Agrícola Torre de Coelheiros, de Évora, da Unidade Colectiva de Produção Agro-Pecuária Estrela da Manhã, de Vendas Novas, e da Unidade Colectiva de Produção Agrícola de S. Gregório, de Arraiolos, enviando cópia de exposições entregues ao Centro Regional da Reforma Agrária de Évora.

Da comissão central de trabalhadores da Petrogal enviando fotocópia de um ofício remetido pela orga-

nização denominada «Fumo» ao presidente do conselho de administração da Petrosul.

Da comissão de trabalhadores de Aníbal H. Abrantes, da Marinha Grande, enviando documentação relativa a um plenário de trabalhadores.

Da Unidade Colectiva de Produção Agro-Pecuária de S. Bartolomeu do Outeiro, de Portel, enviando cópia da exposição entregue ao Centro Regional da Reforma Agrária de Évora.

Ofícios

Da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, remetendo cópia do ofício enviado à Secretaria de Estado do Planeamento sobre as «Grandes opções do Plano 77/80 — Perspectiva política».

Do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra remetendo uma moção do conselho científico da mesma Faculdade sobre as limitações calamitosas aos seus anseios de melhorar o nível da assistência e do ensino.

Telegramas

Da direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa exprimindo a sua repulsa pelos espancamentos sofridos por estudantes da Faculdade por parte de grupos de vândalos estranhos a esta.

Da comissão de unidade de trabalhadores da CUF apelando para que os Deputados progressistas não se deixem manobrar por propostas demagógicas e reaccionárias, que levariam, a muito curto prazo, à destruição das conquistas do 25 de Abril e ao retorno do fascismo.

Da Secção de Santo Ildefonso (Porto) do Partido Socialista protestando energicamente contra atitudes reaccionárias nos Açores.

De Maria Estrela Gaspar Coimbra, de Coimbra, reclamando medidas eficazes para combate à droga.

De trabalhadores da Lisnave transmitindo quatro moções aprovadas em plenário, nas quais se solidarizam com os estudantes de Psicologia do Porto e exigem a reabertura imediata de todos os estabelecimentos de ensino; apoiam incondicionalmente a sua comissão negociadora da contratação colectiva; manifestam a sua solidariedade aos seus órgãos representativos e, em especial, à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical e dizem não à recuperação capitalista-latifundiária.

De trabalhadores da Mague transmitindo três moções em que se manifestam unidos e solidários na luta pelo contrato colectivo de trabalho vertical e afirmam a sua confiança à comissão negociadora.

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o n.º 104 do Diário.

Há alguma reclamação?

Pausa.

Está aprovado.

Foi apresentado à Mesa, pelo PSD, o projecto de lei n.º 5 / I (Arrendamento rural), que baixou à Comissão de Agricultura e Pescas.

Foi também apresentado, pelo PS, uma nova versão do projecto de lei n.º 46/I — Incapacidades cívicas contempladas no artigo 308.º da Constituição.

Foram apresentados, nas sessões de 20 do corrente, os seguintes requerimentos: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Moreira da Silva; à Secretaria de Estado da Comunicação Social, formulados pelos Srs. Deputados Marques Mendes e Magalhães Mota; ao Ministério do Comércio e Turismo, formulado pelo Sr. Deputado Victor Louro; ao Ministério dos Transportes e Comunicações, formulado por um grupo de Deputados do PS pelo círculo de Faro; à Secretaria de Estado da Comunicação Social, formulado pelo Sr. Deputado Sousa Marques.

Foram recebidas as seguintes respostas a requerimentos: dos Ministérios do Comércio e Turismo, da Indústria e Tecnologia, da Habitação, Urbanismo e Construção, da Justiça, dos Assuntos Sociais, das Obras Públicas e das Secretarias de Estado do Fomento Agrário, do Comércio e Indústrias Agrícolas e do Ambiente, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho na sessão de 15 de Fevereiro último; do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Estado da Energia e Minas, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Sousa Marques, Fernanda Patrício e António Pedrosa na sessão de 1 de Abril findo; do Ministério do Plano e Coordenação Económica, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Sousa Franco na sessão de 31 de Março; do Ministério do Trabalho, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Severiano Falcão e António Zuzarte na sessão de 8 de Fevereiro.

Ficaram pendentes na sessão anterior um protesto do Sr. Deputado Acácio Barreiros e pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado José Luís Nunes pelos Srs. Deputados Silva Mendes, Faria de Almeida e Fernando Costa, após o que darei a palavra à Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira para um voto de protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pretendemos de forma alguma abrir grande discussão sobre esta questão, mas queremos apresentar um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado José Luís Nunes, protesto esse que se refere apenas a uma expressão que ele usou ao considerar de menor dignidade a acusação da UDP em relação a uma decisão de um tribunal, dizendo que a UDP não teria conhecimento da sentença desse mesmo tribunal.

Quero dizer ao Sr. Deputado que a UDP não fez quaisquer insinuações. Fez afirmações claras de discordância relativamente às decisões desse tribunal, pois consideramos que é um direito de qualquer cidadão discordar das decisões de um tribunal.

Pensamos que em posições públicas anteriores e também na própria pergunta que dirigimos ao Sr. Deputado José Luís Nunes ficou clara a nossa total discordância em relação à decisão do tribunal em causa. Rejeitamos, portanto, com toda a energia acusações de menor dignidade pelo facto de discordarmos com conhecimento de causa, pois conhecemos a sentença das decisões de um tribunal sobre o caso que foi referido na última sessão desta Assembleia.

Era apenas este o protesto que desejava fazer.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes vai ser interpretado. Está presente?

Pausa.

Se não está, terei de passar adiante, a não ser que algum dos Deputados do Partido Socialista queira tomar nota dos pedidos de esclarecimento que forem feitos.

O Sr. Deputado Silva Mendes está presente?

Pausa.

Visto que não está presente, tem a palavra o Sr. Deputado Faria de Almeida para pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. Faria de Almeida (CDS): — Sr. Presidente, em virtude de o Sr. Deputado José Luís Nunes não se encontrar presente, prescindia dos pedidos de esclarecimento que lhe desejava fazer.

O Sr. Presidente: — Falta-nos o interpelado, mas tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Sr. Presidente, também não é preciso o Sr. Deputado José Luís Nunes estar presente, porque, embora tivesse uma pergunta para lhe fazer, ela, no seu essencial, já foi feita pelo Sr. Deputado Vital Moreira. No entanto, não queria deixar de usar da palavra para aqui fazer um pequeno protesto.

No seguimento das perguntas que foram feitas ao Sr. Deputado José Luís Nunes, creio ter ouvido da parte do Sr. Deputado Acácio Barreiros que as forças policiais eram instruídas e preparadas sem qualquer preocupação de respeito pelos direitos do homem, eram instruídas e preparadas tão-só para violarem esses mesmos direitos, nomeadamente para matarem.

Custa-me — e isso por ter ligações familiares com elementos dessas forças —, ouvir afirmações desse género, crendo ser, em boa verdade, injustas.

Não desconhecemos que tenha havido polícias que nunca procuraram saber o que era a Declaração Universal dos Direitos do Homem ou que nunca tiveram qualquer preocupação com aquilo que são as liberdades públicas. Mas atingir, de uma maneira generalizada, todos os homens que servem em corporações como a Guarda Florestal, a Guarda Fiscal, a Polícia de Segurança Pública ou a Guarda Nacional Republicana, esquecendo nomeadamente as vítimas que têm sofrido essas mesmas corporações ao longo de uma actividade que vêm exercendo na defesa da ordem pública, creio ser injusto. Esquecer o esforço que em boa medida vêm desempenhando, em muitos casos, para a defesa da segurança e das liberdades individuais, creio não ser inteiramente correcto. É certo que tem havido exageros, e nomeadamente das forças policiais, exageros esses que temos aqui citado, mas também não é menos certo que muitos dos agentes, muitos daqueles que na sua actividade podem exceder as suas funções também se têm sentado no banco dos réus para se sujeitarem à justiça.

Era este o pequeno protesto que aqui não poderia deixar de fazer.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Peço a palavra para um contraprotesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pede a palavra para um contraprotesto que, digo com toda a franqueza, não sei qual possa ser, pois o Sr. Deputado Fernando Costa acaba de se pronunciar sobre as referências que foram feitas, no sentido de que não se estendem à generalidade das forças da ordem pública, mas a alguns dos seus agentes.

Em todo o caso, o Sr. Deputado Acácio Barreiros tem a palavra para remediar esta minha preocupação.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Queria contraprotestar — aliás o Sr. Deputado Fernando Costa tinha pedido a palavra para fazer pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado José Luís Nunes e não para se referir ao meu protesto — porque penso que é um mau método arranjar, em primeiro lugar, um alvo, isto é, declarações que não foram feitas e depois atacar essas mesmas declarações.

A simples leitura do *Diário da Assembleia da República* esclarecerá o Sr. Deputado no sentido de que aquilo que afirmei foi que o facto de as forças militarizadas terem sido educadas durante anos no regime fascista, em quartéis fascistas, servindo objectivos e finalidades fascistas, está a repercutir-se de uma forma extremamente grave na situação actual. Foquei o caso particular do assassinato ocorrido em Monsanto, que chocou profundamente a consciência nacional, não como um caso isolado, passível de ser imputado a um guarda da PSP mas como consequência de uma educação que essas forças tiveram nos quartéis fascistas, onde foram educadas a desprezar a vida, a disparar e a ter por sentido da ordem exactamente isso: matar, reprimir, entrar à caceta, entrar em brutalidades de qualquer espécie.

São estas as afirmações que constam do *Diário da Assembleia da República*, pelo que, se quiser protestar contra elas, deve protestar, mas não deturpá-las, como fez.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Carmelinda Pereira para um voto de protesto.

A Sr.^a Carmelinda Pereira (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os chefes de família, os trabalhadores, os técnicos, os professores de amanhã começam a perder o entusiasmo para realizarem os seus nobres ideais, os ideais da juventude, ao verem-se atirados para guetos, marginalizados e até caluniados. São centenas de milhares a quem é negado o direito ao trabalho, a quem é negado o acesso ao ensino e à cultura. Centenas de milhares que entusiasticamente começaram com os trabalhadores a Revolução de Abril, vendo nas suas mãos a possibilidade de porem cobro a um regime opressor e a possibilidade de construir uma sociedade nova. Foi desta maneira que os estudantes nas escolas, tal como os trabalhadores nas empresas, sanearam os fascistas, puseram de pé estruturas democráticas, tentaram começar a reestruturação dos cursos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso dever, como Deputados eleitos pela população trabalhadora, a nossa responsabilidade, é abrir o caminho a estes jovens, é ajudá-los a construir o futuro a que têm

direito, a mudar esta sociedade e a permitir que as suas aspirações se tornem realidade.

São estes sentimentos que levam hoje os estudantes a dirigirem-se a nós, a procurarem-nos, reclamando direitos que nós de maneira nenhuma podemos pôr em causa, direitos por que lutaram já muitos Deputados aqui presentes nesta Assembleia.

Eles reclamam: o direito de estudar sem repressão, sem os antigos professores, velhas pedras do regime de ditadura, do regime do obscurantismo e da incultura. Vêm reclamar a abertura das escolas encerradas, vêm reclamar o direito de poderem dar à sociedade portuguesa os novos quadros de que precisa para se transformar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É neste sentido que eu proponho que nesta Assembleia, ao abrigo do artigo 86.º do Regimento, seja aprovado um voto de protesto ao Governo por este permitir:

A repressão sobre os estudantes no Porto;
A reintegração de professores saneados, sem ter em conta a opinião dos estudantes;
O encerramento da Universidade de Coimbra.

O Sr. Presidente: — Está em discussão.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós concordamos com algumas das razões aduzidas em apoio do voto apresentado pela Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira. Em todo o caso, temos dúvidas se o voto proposto reflecte toda a gravidade da situação e se os pontos que propõe à votação da Câmara constituem medidas suficientemente eficazes para fazer face à situação em causa. Uma vez que na intervenção de apresentação da Sr.ª Deputada não vimos esclarecidas as nossas dúvidas, invocamos a praxe estabelecida na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares e pedimos o adiamento da votação para amanhã.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, a votação será feita amanhã.

Continua em discussão. Alguém pede a palavra?

Pausa.

Sr. Deputado Acácio Barreiros, faça favor.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em posições públicas assumidas pela UDP ou pela organização estudantil a nós ligada, UEDP, já deixámos claro não só o nosso protesto, não só a nossa discordância em relação à política do Ministro Sottomayor Cardia como também entendemos que o presente voto de protesto merece o nosso apoio. Já aqui nesta Assembleia tivemos a oportunidade de protestar veementemente contra a repressão exercida sobre os estudantes do Porto, repressão que, pela sua inqualificável barbaridade, ultrapassou de facto tudo o que seria de esperar e que só tem paralelo com o que aconteceu algum tempo antes no Funchal, na repressão que a polícia aí fez em relação a trabalhadores que se manifestavam. Também tivemos a oportunidade de protestar

contra a reintegração dos professores saneados contra a vontade dos estudantes, como constantemente temos protestado contra a política que pretende ir para diante contra a vontade dos trabalhadores ou, neste caso concreto, contra os estudantes. E, finalmente, tivemos oportunidade de protestar contra o encerramento da Universidade de Coimbra, medida que, quanto a nós, em nada soluciona os problemas e, pelo contrário, mais os agrava. E mais ainda: entendemos que este voto de protesto tem perfeito cabimento na situação actual, mesmo estando nós perfeitamente conscientes de que o Governo do Dr. Mário Soares está neste momento debaixo do fogo das baterias da direita reaccionária.

Risos do PSD e CDS.

Mas dizemos que este voto tem perfeito cabimento porque, neste caso, a política do Ministério da Educação e Investigação Científica faz perfeitamente o jogo e serve essa mesma ofensiva. A brutalidade das medidas repressivas tomadas no Porto, a injustificável atitude do encerramento da Universidade de Coimbra, o querer passar por cima da vontade dos estudantes ao reintegrar professores saneados, tudo isso está a criar situações de choque com os estudantes e com a própria consciência democrática dos trabalhadores portugueses, do que a direita, habilmente, se está a aproveitar e que apenas lhe melhora e facilita o terreno para os ataques que está a desencadear neste momento.

Como por várias vezes temos dito, a política, em geral, do Governo e, em particular, de vários Ministérios, tudo facilita, a tudo se adapta, abrindo caminho a esses ataques da direita reaccionária e portanto este voto de protesto não é só, em nosso entender, um voto de protesto contra o Ministério da Educação e Investigação Científica, não é só contra o Governo do Dr. Mário Soares, mas é também um voto de protesto contra esta política reaccionária que só pode servir os interesses da direita e a sua ofensiva neste momento.

O Sr. Presidente: — Continua em discussão.

Pausa.

Visto que mais ninguém pede a palavra, votaremos amanhã este voto de protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Vilar, para uma intervenção.

O Sr. Pereira Vilar (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é com certeza dizer novidade nenhuma que a agricultura se encontra, de há muitos anos, em permanente estado de crise. Pensamos, no entanto, que, com o advento da democracia, é imperativo que se desenvolvam as condições para que os homens do campo ultrapassem a fase que de há muito os mantém amarrados a padrões de vida que não são de consentir na nossa sociedade.

Qualquer actividade humana deve ter como objectivo a promoção do homem no seu todo, intelectual, social, espiritual e físico, que neste conjunto indissociável se designa por pessoa humana. A Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura, quando trabalhamos nesse sentido, só têm a dimensão de acordo com o seu valor se forem feitos no sentido de

promover aqueles que vivem do seu trabalho no cultivo dos campos, em tudo o que possuem de real e concreto como pessoas. O nosso esforço só será realmente válido se desabrochar na plena realização dos trabalhadores da agricultura.

As comunidades humanas que cultivam os campos do nosso país têm sobre os seus ombros a ingente tarefa de produzir substancial aumento de bens alimentares, de forma a evitar o constante recurso à importação desses bens.

Estou plenamente persuadido de que é nos trabalhadores dos campos que se encontra a mais segura reserva da recuperação económica do nosso país. Por outro lado, a profissão de agricultor exige, nos tempos modernos daqueles que a ela se dedicam, conhecimentos tecnológicos que a prática de muitos anos não deu, mas que, a ela aliados, assumem a sua plena rendibilidade. Desta forma, e tendo em atenção que o desenvolvimento não é mais que uma forma de despertar e mobilizar as energias do homem para as tarefas da promoção da sociedade, cumpre-nos chamar a atenção dos responsáveis para uma urgente acção de formação profissional agrícola, visando, de um modo particular, todos os que detêm o poder de decisão ao nível das pequenas e médias explorações agrícolas do País.

A camada mais jovem, sobretudo destes trabalhadores da agricultura, são uma reserva intelectual importante, que os erros do passado não permitiram a sua valorização, mas que a nós cumpre não deixar perder, sem que façamos um esforço no sentido da sua recuperação.

O certo é que as comunidades rurais nem sempre se dão conta da sua verdadeira situação, pelo que não encontram em si próprias as energias capazes de as levar a desencadear as acções indispensáveis à sua promoção, mas é à sociedade que, sem paternalismos ou outra qualquer forma de coacção, cumpre promover a sua sensibilização. É absolutamente indispensável em Portugal proceder à formação de trabalhadores especializados da agricultura que os leve a subir na sua cotação técnica e humana e os torne aptos para as tarefas que a economia portuguesa deles exige.

A eficiente formação dos trabalhadores agrícolas, aliada à consciencialização dos pequenos e médios agricultores de forma a dominarem capazmente as técnicas de gestão e economia das suas explorações, são, sem dúvida, factores primordiais de desenvolvimento dos meios rurais.

Consideramos que as dificuldades com que vai deparar uma acção deste género, talvez donde não seriam de esperar, serão largamente compensadas, não só no aspecto económico mas sobretudo na compensação moral de algo fazer de concreto para a promoção de uma das classes mais desfavorecidas da sociedade portuguesa.

Na hora em que começamos a pensar a sério numa Reforma Agrária nacional torna-se indispensável mobilizar para ela a mentalidade de todos os trabalhadores da agricultura, e dessa forma o agricultor sentir-se-á associado a ela como seu próprio motor e sentirá que os objectivos que se pretendem atingir se destinam à sua plena promoção humana.

Como agricultor que me prezo de ser, tenho plena consciência de que são os rurais um dos pilares mais fortes sobre os quais há-de assentar a nova sociedade

que todos queremos construir. É por isso mesmo que, como representante do povo, mas de um modo particular dos que trabalham na agricultura, entendo inadiável que tomemos consciência que a situação de injustiça a que tem sido votado o homem do campo não pode continuar. Tem que o agricultor sentir que a sociedade está com ele e que sem paternalismo deseja a sua promoção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não permitamos por mais tempo que com o nosso cruzar de braços deixemos campo aberto aos camponeses para o desenvolver de um sentimento de dúvida tão pernicioso e à sombra do qual se podem desenvolver indesejáveis nostalatismos. É no agricultor que o País tem um dos trabalhadores que mais seguramente pode contribuir para o indispensável aumento de produção, diminuindo substancialmente a nossa dependência externa nesse domínio, mas, para que tal suceda, há que realizar um conjunto de acções, de entre as quais assume importância fundamental a formação profissional extra-escolar dos que trabalham a terra. Será a partir da consciencialização por esta via obtida que os rurais tomarão consciência de que a sua actividade tem de ser racionalizada de acordo com os actuais conceitos de economia e desenvolvimento social que os levam a aceitar e participar no desafio que é posto ao País e, de um modo particular, à agricultura.

Tem de ser pela educação e formação dos agricultores que há-de surgir um clima no meio rural em que as palavras como: planeamento, reconversão, zonagem, defesa do ambiente, etc., não sejam um eco vindo de longe sem ressonância no campo, mas sim partam daí, e os responsáveis as sintam como anseio profundo do mundo rural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só pela educação e formação da mentalidade dos homens do campo, despertando neles os valores adormecidos, será possível quebrar certas resistências apresentadas pelos agricultores, até em relação à defesa dos seus mais elementares direitos de cidadãos, em que muitas vezes se demitem perante a mais insignificante perspectiva de esforço. Deixemos aos sociólogos o estudo deste comportamento dos homens do campo e, se for preciso, com o auxílio desses estudos vamos lançar-nos na tarefa de sensibilizar os agricultores de que terão de ser eles os obreiros principais, que não únicos da sua promoção. Toda a sociedade é chamada a uma importante tarefa na promoção dos rurais. Os contactos sociais tornam possível entre os indivíduos uma intercomunicação de sentimentos e ideias das quais resultam muitas vezes formas de enriquecimento mútuos. Importante se torna que estes contactos se realizem com naturalidade e sem complexos de superioridade dos mais evoluídos. Não posso resistir à tentação de voltar a afirmar, o que não faço só por mero orgulho profissional, que é nos trabalhadores da agricultura que está um dos mais sólidos suportes da sociedade nova que estamos empenhados em construir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Eles bem merecem que toda a sociedade se mostre sensível aos seus problemas e que pense neles como alguma coisa mais do que uma classe que tem por obrigação produzir bens de consumo alimentar. A nossa agricultura, esmagada muitos anos pela facilidade de importação de produtos que bem podia produzir, estagnou e viu-se considerada como um mal necessário. Mas os rurais que dela viviam, assim como suportaram com certa resignação essa situação injusta, estão agora conscientes de que a democracia não pode consentir os erros do passado e é boa terra, ávida de semente (neste caso a formação profissional extra-escolar agrícola) para produzir.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Vieira.

O Sr. Ângelo Vieira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: — É do inteiro conhecimento de VV.^a Ex.^a o que prescreve a Constituição Portuguesa acerca da liberdade do cidadão, no que diz respeito aos direitos de expressão e à defesa legítima da liberdade de pensamento, pois a Constituição foi aqui elaborada.

Sabem VV.^a Ex.^a terem sido banidos deste país certos métodos de devassa quer de acção pública quer privada, muito em uso para se obterem dados ou informações, contra a vontade do cidadão com ou sem o seu consentimento, em tempos passados.

No entanto, talvez VV.^a Ex.^a desconheçam que certa área do aeroporto de Lisboa se encontra debaixo da acção de um potente aparelho de escuta escamoteado, bem escamoteado, entre o tecto e o falso tecto.

Refiro-me à zona onde o IARN procede à recepção das centenas de portugueses expulsos pelo regime de Samora Machel e que, todos os dias, nos chegam pelos voos das mais diversas companhias.

Conforme fotografias que já entreguei na Polícia Judiciária, um microfone sofisticado e bem escamoteado, que quando ligado regista todas as conversas em alguns metros à sua volta.

Claro que ninguém deve estar interessado em colocar um objecto deste tipo somente com a finalidade de decorar o forro da sala da aerogare. Outros objectos mais estéticos e menos suspeitos cumpririam mais artisticamente tal missão. Ele está lá para cumprir a função para que foi construído: a de escutar e registar o que escuta.

Gravíssimo consideramos ser o facto daquele microfone ter sido colocado estratégicamente em relação a certos objectivos, o que nos faz duvidar numa eventual partida do acaso.

Mesmo na vertical daquele sub-reptício instrumento electrónico acha-se uma barreira de tubos onde se encostam, normalmente, todos quantos vão ao aeroporto esperar amigos e conhecidos expulsos de Moçambique. Esta posição estratégica dá ao microfone a possibilidade de não ser descoberto facilmente — quem vai olhar na vertical, para cima, quando o ansiado objecto da sua presença só se poderá encontrar numa linha visual para a frente? —, ao mesmo tempo que lhe permite captar grande número de conversas de todos que se encontram verticalmente em baixo. Quem ali o colocou não deverá só ser electricista...

Mas o registador de sons poderá cumprir eficientemente a sua ilegal e inconstitucional missão num raio mais amplo, indo até ao núcleo de apoio aos desalojados, instalado a cinco metros do escondido aparelho, no aeroporto da Portela... As pessoas não estão lá para conspirar mas para suprir deficiências do IARN, denunciadas por muitos dos que chegam esfomeados e moralmente combatidos àquela aerogare, depois de voos incríveis, como o de Lourenço Marques, Dar Es-Salam, Aden, Cairo, Moscovo, Lisboa, também transportador de pessoas expulsas de Moçambique, mas nunca se sabe as ideias provenientes dos cérebros tão imaginativos como os que montam *watergates* na Portela de Sacavém...

Tenho fotografias sobre a instalação e eu próprio a observei, notando o engenhoso sistema estar ligado a um circuito de altifalantes que deveria anunciar, naquela zona, as partidas e chegadas dos voos. E se digo deviam é porque fui informado de terem sido limitados ao máximo os ruídos ou sons de interferência sonora naquela área.

Estaria já ali, antes do novo recrudescimento de chegadas de portugueses vindos de Moçambique, o potente sistema de escuta?

Há quem me garanta que não.

Perguntas pertinentes passarei, no entanto, a fazer sem mais demoras.

Quem colocou o aparelho?

Quem ou o quê se encontra no outro extremo do fio?

Importa, o mais urgente possível, não só tirar dali aquele arremedo sinistro à PIDE, à Gestapo, à DISA ou à SNASP, mas saber quem está implicado na curiosa operação de escuta, alvejando-o com o peso da lei, pela defesa dos direitos do cidadão: uma das obrigações que nos levou a ser Deputados.

Repugna-nos semelhante método de entrada violenta na privacidade dos indivíduos. Mesmo se a Constituição fosse omissa em tal matéria lutariamo para que as pessoas não o fossem.

Propomos a abertura de um inquérito rigoroso e exemplarmente claro sobre este insólito caso que, pelo à-vontade com que se manifesta, não nos parece ser filho único.

O povo português tem direito a saber quem o espia, quem atropela tão fácil e descaradamente a Constituição.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aquilo que o Sr. Deputado Ângelo Vieira acaba de comunicar à Câmara é de excepcional gravidade. A nossa posição coincide num ponto com a do Sr. Deputado Ângelo Vieira. Se bem ouvi, o Sr. Deputado Ângelo Vieira fez uma participação do facto à Polícia Judiciária. Confiamos, da forma mais clara, na capacidade das autoridades policiais para abrirem um inquérito a esse respeito. Evidentemente que, no caso de se verificar que houve intenção, se os factos se provarem, e de haver culpados, nós defenderemos a aplicação das penas da lei aos culpados e às pessoas que culposa ou dolosamente se revelarem intervenientes num facto desses. De qualquer forma a

sua intervenção, Sr. Deputado, parece-me importante, tanto mais quanto é certo que à sua intervenção deu o devido seguimento: queixar-se ao órgão de soberania competente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para esclarecimento foi excessivamente longo, foi quase uma intervenção de fundo, mas que eu acho perfeitamente pertinente, e por isso não o interrompi.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos, particularmente para a produção de energia eléctrica, assunto que nos propomos abordar hoje, é um problema que dinamiza governos e povos, mobiliza cientistas, técnicos e restantes trabalhadores e preocupa as populações em geral.

Em Portugal têm vindo a ser tomadas iniciativas e definidas posições. Paralelamente com os que apregoam aos quatro ventos as «opções» ditadas pelo imperialismo, levantam-se as vozes dos que analisam a questão em termos objectivos e procuram os melhores caminhos, isto é, os que, salvaguardando a independência nacional, permitirão encontrar as soluções que dos pontos de vista técnico-económico e político-social são os que melhor servem os interesses do povo português. Entre estes encontram-se os comunistas.

Para nós, comunistas, é, no entanto, claro que, a curto prazo, há que definir uma política energética global, e não sectorial.

Mesmo que por hipótese absurda, aliás já defendida por Deputados desta Assembleia, fosse decidida a muito curto prazo a construção de uma central nuclear no nosso país, só daqui a oito ou dez anos é que essa central forneceria energia eléctrica e, entre tanto, havia que satisfazer as necessidades de consumo.

Em 1975 o consumo de electricidade rondava a ordem dos 10 000 milhões de kilowatts-hora, prevenindo-se que se atinja o dobro deste valor já em 1982. Em Portugal, considerando um ano hidrológico médio, 75% da energia eléctrica produzida provém da utilização e exploração dos recursos hídricos, enquanto se obtém 18% a partir do petróleo, 4% do carvão e 3% de outros combustíveis.

É perante esta realidade que se pergunta: «Que fazer?» e se exige que o Governo informe claramente o povo português de quais as medidas que pretende pôr em prática.

E é ainda neste contexto que se deve analisar a questão do aproveitamento da energia nuclear a médio e a longo prazos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: — A energia nuclear é reconhecidamente uma fonte energética alternativa de grande importância a médio e a longo prazos.

Pretendendo antecipar esse futuro, os países mais desenvolvidos da esfera capitalista programaram a instalação acelerada de centrais nucleares para a produção de energia eléctrica. Mas, pela sua alta tecnicidade e custo, a indústria nuclear destes países é dominada por um número muito restrito de poderosos monopólios.

Depois de enormes investimentos terem sido comprometidos, a indústria construtora das centrais

nucleares contava poder iniciar a acumulação de lucros. Todavia, as actuais condições não lho permitem quer por não estar amadurecida a tecnologia nuclear quer pelos sucessivos agravamentos de custos e reduções das taxas de crescimento dos consumos de electricidade, pelo que a crise em que mergulha a indústria nuclear se insere na crise geral do capitalismo, agravando-a.

Lutando pela sua sobrevivência, os monopólios nucleares tentam então escoar a sua produção para países económica e politicamente dependentes, por esta forma exportando para os países menos desenvolvidos a crise económica que os aflige.

Percebe-se bem agora que, no nosso país, se esteja a negociar com os monopólios da República Federal da Alemanha ou se vão abrindo as portas aos dos Estados Unidos da América!

De facto, já a ex-CPE tinha um projecto de programa nuclear elaborado à imagem dos então propostos pelos países capitalistas industrializados, os quais, como veio a verificar-se, viriam aí a fracassar rotundamente. Ora, o programa nuclear actualmente preconizado pela EDP recupera sem alteração de fundo o anterior projecto. Este previa iniciar-se com a instalação de uma primeira central nuclear em Ferrel (Peniche) em 1983, a qual seria reforçada com sucessivos reactores à média de um novo reactor de dois em dois ou de três em três anos.

Um tal programa não tem devidamente em conta as actuais possibilidades do País nem responde aos interesses das classes trabalhadoras e do povo português. Em particular, os trabalhadores das metalomecânicas, da construção de máquinas eléctricas e da construção civil, os engenheiros, técnicos e cientistas portugueses, que até hoje têm realizado o grosso dos empreendimentos no nosso sector eléctrico, conhecedores das exigências de um tal projecto, sentem que só de forma muito subsidiária nele poderiam participar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dois importantes acontecimentos ultimamente verificados merecem ser referidos.

Uma das iniciativas a salientar, e que teve uma preparação de cerca de ano e meio, é o II Encontro Nacional de Política Energética, realizado nos dias 25 e 26 de Março no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e que havia sido decidido no I Encontro, realizado no Porto, em Novembro de 1975. Cabe referir que, entre estes dois Encontros, foi realizado um ciclo de conferências por técnicos estrangeiros, que fizeram exposições e orientaram debates sobre as realizações no campo da utilização pacífica da energia nuclear em países tecnologicamente evoluídos, bem como sobre as respectivas opções político-económico-sociais nesse domínio.

Para este Encontro foram convidados, para se fazerm representar e para participarem, entre outras entidades oficiais, a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano e todos os grupos parlamentares.

Pela nossa parte, estivemos presentes e aproveitamos esta ocasião para salientar algumas das questões levantadas no referido Encontro.

Em primeiro lugar, há que lamentar a ausência dos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Plano e Coordenação Económica, convidados há vários

meses. Ausência ainda mais notada até porque às duas primeiras exposições foram feitas pela Secretaria de Estado de Ambiente e pela Electricidade de Portugal, empresa pública de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e que, como se sabe, está encarregada de realizar os estudos de planeamento do sector.

Em segundo lugar, há a salientar, para além das numerosas intervenções sobre temas específicos, que a participação de membros de comissões de trabalhadores e de controlo operário, bem como a de cientistas, engenheiros, economistas, outros técnicos e trabalhadores, habitantes da zona de Peniche-Ferrel, ecologistas e estudantes universitários, tornou muito viva e rica a análise e discussão dos problemas sucessivamente abordados. Há que referir ainda a participação de técnicos e outros trabalhadores da EDP, a título não oficial, e que foi desejado que eles não venham a ser prejudicados dentro da empresa pelo facto de terem tido a coragem de manifestar publicamente as suas opiniões sobre um assunto que, aliás, transcende a vida interna da própria EDP.

Em terceiro lugar, há que sublinhar o facto de o Governo andar a preparar legislação sobre o processo de licenciamento, sem a participação das populações, que não garante a protecção e a segurança quer dos trabalhadores da central quer das populações vizinhas.

Em quarto lugar, ficou demonstrada a insuficiência dos estudos realizados até agora e das garantias de sucesso dadas pela EDP relativamente ao programa nuclear apresentado. Foram ainda severamente criticados os resultados conhecidos e apresentados por esta empresa nos domínios técnico-económico-financeiros, nos da participação da indústria nacional e nos do meio ambiente. E grande número de questões levantadas aos técnicos que representavam a EDP, ou ficaram sem resposta, ou obtiveram a simples resposta de que a EDP estava a rever os estudos ou que iria efectuar outros que, até agora, não realizou.

Depois de ouvidas todas as intervenções podemos referir — e julgamos que os participantes no Encontro não poderão deixar de concordar connosco — três aspectos fundamentais:

— Que em Portugal não estão amadurecidas as condições para uma tomada de decisão relativamente à execução do empreendimento que permita o melhor aproveitamento das nossas reservas de urânio;

— Que ninguém, neste Encontro, defendeu a solução nuclear apresentada no planeamento da EDP e que, como se sabe, é apoiada pelo actual Governo;

— Que ninguém ficou, afinal, a saber claramente quem é que preconiza esta solução nuclear — se é alguém da EDP ou do Governo! Ou será ninguém?

Por último, foi defendido que o anunciado «Livro Branco Nuclear» seja divulgado publicamente com pelo menos um mês de antecedência em relação à sua apresentação na Assembleia da República. Sugrimos, pois, que, mesmo durante a discussão deste problema nesta Assembleia, seja permitida e estimulada a participação de especialistas.

Por outro lado, é do conhecimento público o manifesto subscrito por mais de cem cientistas e técnicos e intitulado «Por um Debate Nacional Sobre a Opção Nuclear». Este importante documento também já publicamente apoiado por dezenas de técnicos da própria EDP, afirma claramente que «as opções que forem tomadas condicionarão irreversivelmente o futuro da nossa vida colectiva».

Para além de defender a discussão pública do «Livro Branco Nuclear» e da revisão da lei do licenciamento, o manifesto conclui que «a elaboração do plano de novos centros produtores e energia eléctrica deve ter como princípios fundamentais a garantia de uma maior independência face ao estrangeiro, de um maior aproveitamento do investimento em emprego e encomendas à indústria nacional, de um menor preço possível da energia eléctrica quer para consumo doméstico quer para consumo industrial, bem como a garantia para a população de que será respeitada a sua segurança e o equilíbrio ecológico do ambiente natural».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um programa de instalação de centrais nucleares apresenta aspectos muito diversos e complexos. Da sua análise resulta, se tal projecto for prosseguido a curto prazo, um nítido balanço desfavorável na actual fase de desenvolvimento técnico e científico do nosso país e na grave situação económica e financeira que atravessamos.

As objecções que levantamos são de vária ordem, quaisquer que sejam os pontos de vista que atendemos: técnico e científico, gestão dos nossos recursos energéticos, participação da indústria nacional, meio ambiente, segurança e processo de licenciamento, económico ou financeiro.

Ao criticar severamente a oportunidade e a vantagem deste programa nuclear, o Partido Comunista Português considera que existe uma alternativa adequada à nossa actual situação e que salvaguarda a independência nacional. Esta alternativa passa pela adopção das seguintes medidas:

- 1.º Acelerar o aproveitamento eficiente dos recursos energéticos nacionais já reconhecidos (carvões e energia hidrálica), para os quais dispomos das tecnologias necessárias;
- 2.º Continuar o programa termoeléctrico português com recurso a centrais convencionais, queimando fuel ou carvão;
- 3.º Iniciar estudos para que novas centrais convencionais, a entrar em serviços ainda antes de 1985, permitam a diversificação das nossas fontes de energia primária;
- 4.º Acelerar os trabalhos de prospecção e avaliação dos recursos energéticos nacionais;
- 5.º Estabelecer acordos de trocas comerciais com países fornecedores de matérias-primas, garantindo o aprovisionamento e visando reduzir o défice da balança comercial;
- 6.º Formar especialistas, utilizando os acordos de cooperação científico-técnica, nomeadamente com os países socialistas mais evoluídos no domínio da energia nuclear, e criar as infra-estruturas necessárias.
- 7.º Considerar a possibilidade de construção de uma central nuclear piloto para a produ-

ção industrial de electricidade, de reduzida dimensão e, consequentemente, com baixo investimento, tendo em vista a preparação do País para o aproveitamento nacional dos nossos recursos uraníferos e para a definição de uma política energética concordante com a evolução científica e tecnológica no domínio nuclear.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Deputados, convidamos quem não está de acordo connosco neste, como outros aspectos, para «vir a terreiro», passe a expressão, em diálogo franco e aberto. Pela nossa parte encontrará, sem dúvida, firmeza na defesa das nossas convicções, mas igualmente uma vontade firme de debate democrático.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é este o local para se estabelecer um debate técnico sobre este assunto nem é minha intenção fazê-lo. Em todo o caso, como o Sr. Deputado Sousa Marques fez alusão a que alguns Deputados se tinham referido já a este problema, e entre eles certamente estou eu, e como da intervenção do Sr. Deputado Sousa Marques podia resultar alguma ideia de que, ao fazê-lo, defendia alguns interesses que não fossem estritamente os interesses do povo português, o Sr. Presidente deixar-meá fazer uma curta intervenção com algumas perguntas e, antes de mais, com o veemente repúdio por semelhante insinuação.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Sousa Marques parece esquecer, na sua intervenção, que há de facto superpotências no domínio nuclear. E admira-me muito que tenha falado em duas delas, esquecendo uma das maiores, que é a União Soviética, que está exportando centrais nucleares para vários países da Europa de Leste.

Em segundo lugar, parece-me muito estranho que o Sr. Deputado Sousa Marques ignore que efectivamente, a indústria metalomecânica e a indústria pesada nacional podem ter uma intervenção extremamente significativa no domínio da construção de centrais nucleares. Aliás, devo esclarecer-lhe de que já hoje, e desde há alguns anos, uma das nossas principais metalomecânicas está construindo componentes importantíssimos, que têm sido fontes de divisas importantíssimas, para centrais nucleares a construir no estrangeiro. O que posso garantir é que, se de facto for possível a determinadas forças manter a indecisão em que continuamos a viver, nem por isso as centrais nucleares deixarão de ser uma necessidade inevitável, mas então, com certeza, a indústria nacional não terá qualquer espécie de possibilidade de participação na sua construção. Isso, sim, parece-me que é um prejuízo gravíssimo não só para a nossa economia como também para o desenvolvimento tecnológico do povo português.

O Sr. Deputado Sousa Marques falou no aproveitamento das reservas de urânio. Ora, não sei se o Sr. Deputado tem conhecimento de que estamos a viver, neste momento, no período da primeira geração dos geradores nucleares, os chamados «gerado-

res termonucleares», aos quais se seguirá a geração dos geradores nucleares rápidos. E há inteira possibilidade de utilizar, numa segunda geração de geradores nucleares rápidos, todo o material já queimado nos geradores termonucleares. Donde se segue que o facto de começarmos, como todos os países que avançaram nesta tecnologia começaram, pela primeira geração de geradores nucleares ao contrário de comprometer as nossas reservas, não tem uma possibilidade de enriquecimento próprio para os geradores da segunda geração.

O Sr. Deputado Sousa Marques falou em alternativas. Não vou discutir as alternativas que apresentou, mas gostaria de lhe perguntar se pensa que será à custa dos carvões nacionais que é possível fazer face aos enormes acréscimos de energia que vão ser necessários em Portugal. Lembrar-lhe-ei só que a central de Rio Maior não permitirá uma produção de energia superior a 750 GWh, o que — se tem os números, e tem-nos com certeza porque no outro dia lhe dei os mesmos que eu tinha — verá que é inididamente insuficiente para fazer face às nossas necessidades.

Acerca do aproveitamento da energia hidráulica, penso que o mundo, até não só por razões energéticas mas também por razões de qualidade de vida e até porque toda a gente sabe que o mundo, e nós não fugimos a essa regra, enfrentará, dentro de poucos anos, uma crise enorme, talvez superior à energética, por causa da água, pois é indispensável acelerar e o mais que possamos o aproveitamento dos recursos hidráticos. Simplesmente qualquer técnico ligado à energia sabe que a energia hidráulica é, por excelência, uma energia de ponta, nunca poderá ser uma energia para cobrir as bases dos diagramas energéticos.

A segunda alternativa que o Sr. Deputado Sousa Marques apresentou, foi das centrais termoeléctricas convencionais, usando fuel, visto não poder considerar que o carvão seja uma solução, a menos que nós o importemos. Ora, o Sr. Deputado Sousa Marques sabe o que acontece em relação ao nosso défice energético no que diz respeito ao fuel, que atingiremos, só com o funcionamento das nossas refinarias, um défice na ordem dos 60 milhões de contos aos preços actuais. Pretender fazer face às nossas carencias energéticas à custa do fuel, ou principalmente à custa de fuel, vai ser fatalmente uma ruína para a nossa balança de pagamentos.

Quanto ao acelerarem-se os trabalhos de prospecção, nesse ponto estou plenamente de acordo com o Sr. Deputado e já por três vezes me manifestei nesta Assembleia contra aquilo que considero criminoso em relação à prospecção no nosso own-shore, principalmente tendo em conta o nosso défice em relação às importações de petróleos.

O Sr. Deputado Sousa Marques falou, finalmente, numa central nuclear piloto de reduzida potência e disse que ela representaria pequenos investimentos. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que neste momento fazer uma central nuclear piloto, além de ser deitar dinheiro fora, é fazer investimentos que estão muitíssimo longe de ser pequenos. E essas centrais-piloto são centrais laboratoriais ou pouco mais, ou custam verdadeiras fortunas, porque não há tanta gente que as possa fazer ou sequer estejam dispostas a fazê-las.

Sr. Presidente, peço desculpa do tempo que tormei, mas quis só fazer umas ligeiras notas sobre estes assuntos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sousa Marques fará o favor de procurar na dissertação — foi mais dissertação do que propriamente pedido de esclarecimento aquilo que o Sr. Deputado Nuno Abecasis fez — as perguntas que foram feitas e responder concretamente a elas.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Em primeiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós já tínhamos aqui várias figuras como as dos protestos e contra-protestos. A partir de hoje obtemos outra figura, que é a da contra-intervenção. E de facto o Sr. Deputado Nuno Abecasis até aproveitou exactamente os mesmos dez minutos que eu tinha utilizado na minha intervenção, facto esse que não deixa de ser curioso. No entanto levantou algumas questões e, embora não tenha colocado nenhuma pergunta concreta, tentarei abordar muito rapidamente as várias questões que o Sr. Deputado abordou.

Em primeiro lugar, fez um veemente repúdio, pela insinuação que eu aqui produzi do facto de haver quem defendia no nosso país as propostas defendidas pelo imperialismo e pelos monopólios dos principais países industrializados capitalistas. De facto, não percebo esse repúdio, Sr. Deputado. Nós podemos ter as mesmas opiniões que outras pessoas, embora com finalidades opostas, e até posso admitir que esse seja o seu caso.

Quanto às superpotências, estou convencido de que o Sr. Deputado não ignora e não desconhece que a primeira central nuclear, para aproveitamento pacífico da energia nuclear, foi construída precisamente na União Soviética, em Junho de 1954, que a primeira central nuclear de segunda geração foi construída na União Soviética, em 1973, que este ano a União Soviética vai construir — é a primeira vez no mundo — a primeira central nuclear de segunda geração, já para aproveitamento industrial, e com uma potência de 600 MW.

O que se passa é isto, Sr. Deputado: é que a União Soviética em 1985, terá instalada uma potência de energia nuclear de 30 000 MW, ao passo que os Estados Unidos terão 200 000 MW, a França 56 000 MW, o Japão 49 000 MW, a República Federal da Alemanha 45 000 MW e a nossa vizinha Espanha 24 000 MW.

Aquilo que referi na minha intervenção foi a procura intensiva da solução nuclear nos países capitalistas, nomeadamente nos países capitalistas mais desenvolvidos, procura essa que conduziu, entre outras coisas, a todos os outros factores que cumulam a crise geral do capitalismo. E, se o Sr. Deputado julga que é apenas o Deputado Sousa Marques, do Partido Comunista Português, a dizer-lhe, posso informá-lo que tenho aqui artigos feitos por cientistas, um americano e outro inglês, de institutos suficientemente independentes e insuspeitos, para lhe garantir que estas questões não são apenas levantadas por um Deputado do Partido Comunista.

Quanto à questão da indústria metalomecânica pesada, quem se manifesta surpreendido não é o Sr. Deputado, sou eu. Até porque o Sr. Deputado Nuno Abecasis trabalha numa indústria metalome-

cânica e sabe perfeitamente que nós temos tecnologia capaz para responder às necessidades de investimento no campo do aproveitamento da energia hidráulica e também no campo do aproveitamento das centrais convencionais, quer de carvão quer de petróleo. E sabe também que a capacidade da nossa metalomecânica não pode, de modo nenhum, corresponder às necessidades das centrais nucleares, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado disse e contrariamente também àquilo que tem sido defendido...

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Um momento, Sr. Deputado. Já agora deixe-me continuar... inclusivamente por técnicos e trabalhadores da indústria de que o Sr. Deputado fala.

Quanto às questões que o Sr. Deputado levanta relativamente à alternativa, tenho a dizer-lhe que para nós há uma alternativa. Ambos estamos, certamente, de acordo quanto a uma coisa: é que é necessário rapidamente tomar medidas. E isso para evitar aquilo que o Sr. Deputado já referiu nesta Assembleia, que é o facto de irmos ter em 1981 e 1982 défices quer em produção de energia quer em potência. Isso é verdade e concordo com tal afirmação. No entanto, o facto de termos de tomar urgentemente uma decisão não se liga com a necessidade imediata de se construir uma central nuclear. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a central nuclear só entraria em funcionamento daqui a dez anos e até lá há que resolver o problema energético no nosso país, nomeadamente o problema do fornecimento de energia eléctrica.

Por outro lado, Sr. Deputado, gostava de lhe dizer uma coisa. É que, em termos de alternativa — e já agora pego numa questão que o Sr. Deputado referiu, a ruína da nossa balança de pagamentos e a necessidade de importar fuel e eventualmente carvão, e nós pomos tal hipótese como viável, porque consideramos que não é só através do aproveitamento dos carvões que se podem satisfazer as necessidades de consumo energético do nosso país —, não interessa falar apenas nos 10 milhões de contos de importações de petróleo que teremos em determinada altura. O que é preciso é fazer um balanço económico, quer de uma opção quer de outra, e não apenas dizer que são 10 milhões de contos de petróleo que têm de se importar. E os investimentos necessários para fazer centrais nucleares ou centrais convencionais? E o preço da energia que há pouco tempo se calculava ser mais alto se fosse energia produzida por centrais convencionais, mas em que os dados e números já hoje existentes levaram os cientistas e técnicos à conclusão de que é possível produzir energia eléctrica mais barata através das centrais convencionais? Então isto não conta? Ou basta apenas referir as necessidades de importação da nossa balança de pagamentos?

Outra questão referida é a do aproveitamento das nossas reservas de urânia. O problema é muito simples, Sr. Deputado. Quanto às centrais de urânia enriquecido, tal como são definidas pelos Estados Unidos da América e pela República Federal da Alemanha, posso também falar-lhe no caso do Canadá — e inclusivamente a central nuclear piloto que apontamos

até podia ser fornecida pelo Canadá —, mas, como o Sr. Deputado sabe este país está impedido pelos Estados Unidos de concorrer a concursos internacionais porque as suas centrais nucleares, sendo de urânio natural, têm um rendimento duas vezes superior, havendo assim a possibilidade de aproveitar os urânios naturais deste ou daquele país, e nomeadamente do nosso. E que, assim, com uma central de urânio natural excusávamo de exportar urânio para depois o importarmos novamente. Relativamente ao aproveitamento das reservas de urânio, o problema situa-se desta forma: vamos aproveitar as nossas reservas de urânio por um prazo de vinte, trinta ou quarenta anos ou vamos aproveitá-las por um prazo de séculos? Esta é a questão que se põe quando se compara a opção nuclear das centrais nucleares de primeira geração e a opção apontando para os geradores rápidos reprodutores.

Quanto ao armazenamento, isso é um problema extremamente complicado de resolver e provavelmente sabe, e se não o sabe posso fornecer-lhe a revista em que tal facto vem referido, que o Sr. Helmut Schmidt garantiu ao povo da República Federal da Alemanha que não se construiriam mais centrais no seu país, porque estava em perigo o equilíbrio ecológico dessas regiões. E, o Sr. Deputado calcula, eu não sou um ecologista.

Quanto aos carvões nacionais, já referi que nós apontamos para um esgotamento das reservas conhecidas e pensamos que deve procurar saber-se onde se pensa encontrar reservas, hoje desconhecidas, para até eventualmente — e porque não? — se fazer a necessária importação de carvões estrangeiros.

Quanto à energia hidráulica, é evidente que estou de acordo consigo. Temos, pois, que aproveitar os 50 %, mais 5 % ou menos 5 %, de energia hídrica disponível no nosso país, fundamentalmente por duas razões: em primeiro lugar, porque temos uma tecnologia própria — somos totalmente independentes nesse campo; em segundo lugar, porque os investimentos nesse campo ocupam mão-de-obra bastante superior à necessária para a construção das centrais nucleares.

Quanto à questão de o investimento ser pequeno para a central-piloto, pois, Sr. Deputado, quando falamos nestas coisas e dizemos pequeno ou grande dizêmo-lo em valor relativo, e não em valor absoluto. Parece-me que isso é evidente e está até de acordo com as medidas que preconizamos.

O Sr. Deputado há pouco fez sinal para me interromper. Concedo-lhe um minuto para me interpelar, embora eu também tenha ultrapassado o meu tempo regimental.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, suponho que quem pode conceder minutos nesta Assembleia ainda sou eu ...

Risos.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Muito obrigado por me conceder a possibilidade de o interromper.

O Sr. Deputado Sousa Marques fez uma afirmação que carece de qualquer fundamento. Disse que a indústria metalomecânica nacional não tem capacidade para adquirir uma importância muito grande no campo da energia nuclear. Como o Sr. Deputado fez o favor de reconhecer que alguma coisa sei sobre

esse assunto, devo dizer-lhe que está profundamente enganado, pois temos possibilidades de adquirir nesse campo, tal como adquirimos no campo da energia hidráulica e da térmica convencional, uma importância que o Sr. Deputado nem suspeita.

Quanto ao resto, penso que há aqui um problema de escolha dos poluidores. Se os poluidores vierem de Leste, tudo vai bem; se os poluidores vierem do Ocidente é capaz de não ser tão bom.

Vozes do PCP: — Não foi isso, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa por ter ultrapassado o tempo a que tinha direito. No entanto, vou ser breve, para terminar.

É que, contra a opinião do Sr. Deputado Nuno Abecasis, e penso que ambos estamos completamente à vontade para falar sobre estas coisas, pois, para além de sermos técnicos, até somos colegas da mesma profissão, posso fornecer-lhe a opinião, se a não conhece, de cientistas, técnicos e trabalhadores do sector da indústria metalomecânica que contradizem as suas afirmações e que apontam para a possibilidade de participação da indústria nacional na construção das centrais convencionais.

Era esta a observação final que queria fazer, pois, Sr. Deputado, podemos continuar esta nossa conversa lá fora.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Ribeiro para uma intervenção.

O Sr. Carvalho Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O aproveitamento da Região do Vouga constitui uma iniciativa de necessidade flagrante, que se impõe, sob pena de continuarmos a desperdiçar, não só as enormes potencialidades dos dezanove concelhos do distrito de Aveiro como também os recursos de toda uma vasta região, cujo desenvolvimento depende bastante do rasgar de uma via rápida que ligue o porto de Aveiro a Viseu, até à fronteira de Vilar Formoso. Via de acesso que, para além das evidentes vantagens para as Beiras e todo o Centro do País, abriria pistas inegociáveis ao incremento do turismo em zonas serranas e predominantemente rurais, onde, sem exagero, abundam autênticos oásis turísticos, desconhecidos uns, abandonados outros, e tantos deficientemente aproveitados.

Foi a partir dos anos 60 que a Região do Vouga passou a assumir posição relevante no contexto da indústria portuguesa, surto de desenvolvimento quase sempre conseguido à custa dos recursos locais, através de um esforço extraordinário que bem demonstra quanto pode a vontade do homem, pela sua criatividade, capacidade de trabalho e aptidão gestora. Qualidades irrefutáveis do homem «vouguense», que ontem criou pequenas indústrias artesanais, algumas hoje transformadas em unidades competitivas e rendíveis. E tanto assim que entre os anos 50 e 60 é o distrito de Aveiro que consegue o maior crescimento dos valores absolutos da população activa na indústria transformadora e em que as estruturas sectoriais do emprego se apresentam bastante favoráveis ao crescimento económico.

Entretanto, a agricultura regional foi lançada ao abandono, com os pequenos agricultores entregues a si próprios e afectados por uma política agrária

que cada vez mais os degradava e empobrecia. Desta situação deplorável decorreu a humilhação sofrida pelos camponeses e, dada a atracção que a indústria suscitou, optaram uns pela emigração e outros pelo emprego nas fábricas, válvulas de escape para o crescimento demográfico, na fuga de uma situação de miséria, em procura da oportunidade da sua realização como homens.

A explosão e atracção industriais provocaram flagrante desequilíbrio agricultura-indústria, com nítido prejuízo da primeira, que havia sido a grande subvenzionadora humana e até financeira da segunda. Em face do apreciável grau de desenvolvimento actual da indústria regional, conseguido a partir das inequívocas potencialidades humanas que a têm accionado, agora, é preciso criar condições para que a agricultura possa atingir um desenvolvimento equiparado. Pelo que se torna cada vez mais instante, que o Governo faculte aos trabalhadores do campo a possibilidade de procederem ao emprego eficaz dos recursos agro-florestais do Vouga, que se estende desde as areias atlânticas até terras altas do interior, num espaço com características de solo e clima próprios e que engloba três zonas diferenciadas: orla litoral, espaço de transição e interior serrano.

Nesta última residem as populações rurais mais desfavorecidas, em que o relevo acentuado determina a expansão florestal e onde nunca se procedeu ao incremento da silvo-pastorícia, actividade que muito poderá contribuir para acrecer o rendimento das explorações agrícolas.

As populações de montanha, ainda sujeitas a condições de vida extremamente duras, como acontece em muitos lugares e aldeias dos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Sever do Vouga e Vale de Cambra e no interior serrano de Águeda, Anadia e Mealhada, zonas rurais críticas, de acessos difíceis, onde a indústria não penetrou, nem tão-pouco um movimento cooperativo florestal consequente e capaz de proceder a uma racional utilização da sua riqueza natural, a floresta.

Entre o litoral e a serra localiza-se um espaço de transição onde a floresta dá lugar à cultura arvense e à vitivinicultura da região da Bairrada, que aspira, mas ainda não foi reconhecida região demarcada. O património florestal constitui para os pequenos agricultores de Águeda, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Mealhada a sua «caixa económica», o seu último recurso para custear despesas imprevistas e inadiáveis. Deste espaço de transição fazem também parte os concelhos de Oliveira de Azeméis e da Feira, onde se adoptam técnicas agrícolas relativamente evoluídas, e ainda São João da Madeira, com relevante valor industrial, dada a vocação das pessoas e o seu reduzido perímetro administrativo.

A orla litoral, onde se espalha a bacia do Vouga, desde a turística costa verde da cidade de Espinho até Vagos, concelho de assinalável produção leiteira, apanágio e orgulho justificados dos agricultores, a quem ainda recentemente certas forças tentaram oportunista e tendenciosamente manipular.

Todo este litoral, onde os pescadores artesanais estão sujeitos, tal como os agricultores, a condições de vida extremamente duras e desoladoras, dispõe de inegáveis aptidões agro-pecuárias. A ria, ao recortar terras de Aveiro, Estarreja, Ilhavo, Ovar e Murtosa, proporciona fecundos prados, que, com animais de

boa capacidade genética, bem poderá designar-se a «Holanda portuguesa», tal como visualizou António Sérgio, imorredouro cruzado do cooperativismo como elemento [...] de educação autonomística do nosso povo».

Foi pelo extraordinário esforço do homem que, com base no moliço, juncos e «escaço», se transformaram areias estéreis em solos fertilíssimos, numa região cuja actividade leiteira evidencia maior capacidade de resposta às necessidades crescentes dos consumidores, em 1970 produziu 67 milhões de litros, cerca de 30 % de leite entregue ao País, apesar de 68 % dos produtores possuírem apenas uma vaca.

É todo este vasto espaço agro-florestal da bacia do Vouga que se impõe valorizar, por quanto é uma das regiões do País que com maior celeridade poderá responder ao repto que nos será lançado pela agricultura europeia.

A agricultura do Vouga, que tem contado com a válida participação do operário fabril, que através da agricultura a tempo parcial não perdeu — e quererá perder? — as suas raízes camponesas, é aquela, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que apresenta maior percentagem de produtores agrícolas isolados, apenas superada pelo distrito da Horta, o que demonstra serem os menos cereados e influenciados por parâmetros de uma economia absentista. A situação destes pequenos agricultores foi agravada em virtude de as suas principais produções estarem sujeitas a preços políticos, que tornaram o milho, batata, leite e produtos hortícolas, como as culturas pobres ou desfavorecidas, por uma política agrária tendenciosa e indiferente às condições de vida dos camponeses. Hoje, e dado que essas condições de vida não foram substancialmente alteradas, e urge que o sejam, pensamos que a preservação e consolidação da democracia muito dependerá da sua adesão consciente. Pelo que, sobretudo o Governo deste país, terá de reflectir mais do que nunca na realidade socioeconómica que António Sérgio nos legou: «Em torno do fomento da agricultura se ordenam, portanto em nosso entender, os maiores problemas da nossa gente. Depende de aí o aalteamento da vida em todos os mesteres da sociedade, e também a verdadeira orientação sensata para os projectos financeiros em Portugal.»

Nos dias de hoje há que saber criar uma forte confiança psico-social aos camponeses, que hão-de consubstanciar, eles próprios, o gerador do processo agrário progressivo e democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só que a população do distrito de Aveiro, com os seus 643 517 habitantes em 1976, se preocupa, por não entender a razão, por o Governo atribuir aos dezanove concelhos, um investimento através do PIAP (Programa de Investimento da Administração Pública — 77) de 409 670 contos, o que corresponde a uma média de 640\$ por pessoa, índice dos mais baixos entre todos os distritos. Natural se torna que as mulheres, os homens e a juventude dos meios rurais e urbanos «vouguenses» se sintam subestimados pela exiguidade da dotação e estranhem, tanto mais, por se tratar de uma região que com maior brevidade poderá dar resposta às exigências que se põem a um Portugal colocado na perspectiva

da adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia).

Com efeito, a agricultura do Vouga haverá de constituir um dos fortes sustentáculos para o desejável êxito do desafio europeu. Para tanto, há que levar à prática a concretização progressiva do Plano do Aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Vouga, que inclui as barragens de Ribeiradio — enquadrável no contexto das empresas hidroeléctricas nacionais —, de Antuã, de Marnel e do rio Alfusqueiro.

No baixo Vouga Jagunar há muito que as populações aguardam a construção do dique-estrada Aveiro-Murtosa, o que possibilitará o cultivo de terras durante todo o ano, numa área bastante prejudicada pela falta de protecção contra as cheias e invasões das águas saídas. Estes empreendimentos hídricos colmatariam as carências de abastecimento de água às populações e a um importante complexo industrial e atenuariam na época de seca os problemas de poluição dos cursos de água.

Estes são, Sr. Presidente e Srs. Deputados, melhoramentos necessários à modernização da agricultura de uma vasta região do País, onde o dinamismo industrial prevalece e exige o aumento da produção agro-pecuária. Esta será, substancialmente, acrescida pela utilização dos espaços de inequívoca aptidão para o desenvolvimento integrado beterraba-pecuária e pelo aproveitamento dos recursos hidroagrícolas, investimentos desde logo reprodutivos, dada a existência de fábricas transformadoras de produtos da lavoura — como a Uniagre —, o que permite antever a criação de novas indústrias alimentares, designadamente horto-industriais, e acabaria por atenuar o subemprego numa zona do País bastante esquecida pelos investimentos públicos, que encontrariam seguro avel nas reais potencialidades da terra e do homem. Isto, numa região em que o relativo nívelamento social, cultural e económico se reflecte na consciencialização da sua gente, a tal ponto que no passado foi capaz de criar condições para a realização dos Congressos da Oposição Democrática, opondo-se corajosamente ao poder hegemónico e temido de então. Com a coragem que no passado recente resistiu e repeliu outro totalitarismo avassalador, lutas estas que credibilizam um povo trabalhador que rasga o caminho que quer percorrer, para ser livre e assegurar uma plenitude democrática irreversível.

Se não tivermos capacidade de accionar uma resposta concreta a este laborioso quinhão do povo português, como poderemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, responder a Portugal?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Como não há pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Godinho.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Venho hoje aqui denunciar e condenar energicamente a manobra reaccionária que alguns quadros do Partido Popular Democrático lancaram ontem em Tomar, ao mobilizarem, pela mentira insidiosa, algumas centenas de pessoas para uma manifestação na praça em frente do Município e, posteriormente, em frente do hospital.

O Ministério dos Assuntos Sociais tem em estudo uma reestruturação da rede hospitalar segundo cri-

térios de maior eficiência de serviço e ainda, ao que parece, segundo os critérios técnicos da Organização Mundial de Saúde.

Ora antes do 25 de Abril, no tempo do antiga-mente, resolveu o Governo de Caetano olhar pela melhoria das condições de «assistência» dos tomarenses. Então teve a feliz ideia de passar o Hospital da Misericórdia de Tomar a hospital distrital e com isto resolveu o problema. Ora o que é verdade é que o hospital de Tomar nem condições nem equipamento tem, nem teve, para um serviço de saúde local, quanto mais para um hospital distrital.

Mas ao anunciar-se uma reestruturação da rede hospitalar, estes senhores-figurões do PPD, que nunca se preocuparam com a saúde das classes trabalhadoras e dos pobres, durante os últimos 50 anos (já que eles têm dinheiro para se tratarem em boas clínicas), andaram pelas aldeias com um automóvel de uma firma industrial de que é principal quotista um destacado membro do PPD local, dizendo que o Governo do Partido Socialista e a Câmara maioritariamente socialista...

Protestos do PSD.

...iam fechar o hospital em Tomar e «quem qui-sesse ir ao médico teria de ir a Castelo Branco» — textualmente. Nem mais perto nem mais longe: a Castelo Branco. Além disso, quem quisesse ir à manifestação em Tomar tinha transporte gratuito.

Estes senhores não esqueceram a maneira de organizar «manifestações espontâneas», com os Srs. Deputados podem ver. Só se passaram pouco mais de três anos e não se esquece tão depressa o que se aprende no passado.

Uma voz do PSD: — Provocador!

O Orador: — Apesar de toda esta campanha, só conseguiram juntar umas escassas centenas de pessoas, principalmente da freguesia da Serra e da Junqueira, zonas onde o PPD tem uma óptima implantação, e sendo parte delas transportadas em tractores. Entrados em Tomar, dirigiram-se à Câmara, onde estava reunido, em sessão ordinária, o executivo. Ali foram proferidos pelos organizadores insultos contra a Câmara, o Governo e esta própria Assembleia da República. E foi mesmo dito por um «democrata» do PPD que aquela Câmara tinha sido eleita pelo povo, mas como o povo não gostava dela devia tirá-la de lá e pôr outra imediatamente.

Protestos do PSD.

O Orador: — Começaram também os promotores a afirmar que o presidente da Câmara de Tomar teria recebido verbas avultadas para que o hospital saisse de lá e os ânimos então exaltaram-se. A vereação socialista e o seu presidente, com a serenidade que é própria de quem tem a razão e luta contra a impostura, explicaram aos presentes a situação e as *démarches* já efectuadas. Com isto acalmaram-se os manifestantes. Vendo-se em desespero, os promotores da manifestação perguntaram à Câmara onde estava a placa que dizia «Hospital Distrital de Tomar», que teria sido arrancada da parede do hospital. Voltaram-se a enervar os ânimos e o presidente da Câmara resolveu acompanhar ao hospital

os manifestantes, como então foi exigido pelos promotores da manifestação — claro que não havia nenhuma placa com aqueles dizeres.

O desprezo cego pela vida dos outros, que é próprio dos reaccionários...

Protestos do PSD.

...dos amantes das ditaduras, levou aqueles promotores da manifestação a ir colocar o hospital de Tomar, onde alguns doentes estão em perigo de vida, num ambiente de nervosismo, ruído e violência. Entretanto os promotores, vendo os seus intentos conseguidos, foram jantar, confortavelmente em casa, deixando aqueles que tinham saído das aldeias para a manifestação, e a quem tinham carregado até ali, entregues aos fenómenos de violência que libertam as pessoas em fúria.

As forças da ordem acabaram por intervir e dispersar os manifestantes, sem que evitassem algumas agressões a uma analista do hospital e a um outro cidadão que nada tinha a ver com o assunto.

A noite, e como estava há alguns dias combinado, realizou-se uma reunião com os sindicatos médicos e outras pessoas que têm interferências no campo da saúde local, uma reunião para discutir com a Câmara a situação. Só que os promotores da manifestação, que descrevi até aqui, tão «interessados» na saúde das populações, não compareceram. Ai foi votada uma moção que é do seguinte teor:

Considerando que os promotores de uma manifestação irresponsável e ilegal junto da Câmara, que culminou junto do hospital de Tomar, com graves perturbações e agressões, sem respeito por ninguém nem pelos doentes, devem ser responsabilizados criminalmente, esta assembleia repudia energicamente os acontecimentos e exige à Câmara o apuramento dos responsáveis e a formalização imediata do respectivo processo-crime.

Esta moção foi aprovada com 53 votos a favor e 6 abstenções. É de realçar que alguns elementos do povo que se tinham manifestado durante a tarde, vendo a armadilha em que tinham caído, votaram a favor desta moção, à noite, na Câmara.

Podem ficar certos os manifestantes, que vieram em boa-fé defender os seus direitos fundamentais, que o Governo PS e a câmara municipal PS não os traiu nem os traírá. Suceder o que suceder na rede hospitalar, o hospital de Tomar não vai acabar, mas vai ser reapetrechado para minimamente responder às necessidades de todo o povo da região de Tomar.

Podem todos ficar certos que a Câmara, a Assembleia Municipal e as assembleias de freguesia socialistas continuarão, com dureza, a defender que Tomar tem melhores condições do que outras terras para poder centralizar doentes de outras áreas para tratamentos especiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Qual a razão que tiveram os quadros do PPD ao causar toda esta confusão logo na quarta-feira de 25 de Maio?

Após o 25 de Abril de 1974, muitos daqueles que perderam os privilégios do dinheiro e da prepotência a que estavam habituados calaram-se, mas não desistiram de lutar. De aparência, tornaram-se mansos carneiros, mas continuaram a instilar ódio contra as instituições democráticas, aproveitando ou inventando

ocasiões para tentar fazer voltar isto ao antigamente. É fácil reconhecer os reaccionários. As suas palavras são de ódio e de vingança, para levar o povo à violência. Contam os jornais e camaradas meus que estes actos desencadeados em Tomar não variam muito dos praticados na Madeira, nos Açores e no Nordeste.

Devemos aqui recordar as palavras do Sr. Presidente da República, que nesta Casa chamou a atenção dos portugueses para aqueles que aqui dentro se dizem defensores da ordem democrática e da Constituição e lá fora, na rua, a todo o momento conspiram contra elas por meio de práticas golpistas.

Tenho dito.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PCP.

O Sr. Presidente: — Há algum pedido de esclarecimento?

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Vou fazer um protesto, Sr. Presidente.

É com desgosto que verificamos que nas fileiras do Partido Socialista, e aqui na sua bancada, há alguns elementos, e não queremos cometer essa injustiça em relação a todos, que da política de um partido que tem responsabilidades de governo, apenas entendem e sabem fazer oposição.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E como estão no Governo, mas não sabem o que é governar...

Aplausos do PSD e protestos do PS.

...continuam a fazer a única coisa que sabem, que é oposição. Assim, caímos no absurdo de neste país, onde de facto existem alguns absurdos, vermos alguns elementos do partido do Governo armados em oposição à oposição, como se este país do partido do Governo esperasse e necessitasse de uma estratégia de oposição, em vez de uma estratégia de realização, de concretização, de solução dos problemas.

Protestos do PS.

Nós, como portugueses que somos, lamentamos e, como partido de oposição, rejubilamos, pois o povo saberá ver em que medida é que os partidos estão em condições de equacionar e resolver os problemas deste país.

Vozes do PS: — É oposição à reacção..

O Orador: — Lamentamos ainda que, por vezes, nesta Câmara se reviva ou tente fazer reviver o ambiente que estas paredes conheceram nos anos da I República e que, em muito, explicaram a ditadura que se seguiu e as condições que essa ditadura encontrou para se enraizar e permanecer no povo português.

Protestos do PS.

É que, efectivamente, amplos estratos desse povo tinham desta Câmara, ou da instituição democrática

e parlamentar que aqui exercia funções, a ideia de que ela apenas servia para que cidadãos portugueses insultassem outros cidadãos, para que se encenassem aqui cenas pouco edificantes e nada dignificantes, em vez de se procurar equacionar e resolver os problemas do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Penso que apesar de tudo, e ainda bem que assim é, esta Assembleia da República tem conseguido manter-se a um nível bastante diferente do mau nível que algumas vezes aqui, nessa instituição nossa antecedente, se concretizou.

Protestos do PS.

Lamento que, por vezes, a aproximação em relação a esses antecedentes pouco recomendáveis se verifique. Nós não o faremos e não cederemos a provocações. A nossa linha política está traçada e continuá-la-emos.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Vê-sel...

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou felicitar o Sr. Deputado Sérvulo Correia pelo discurso que acaba de fazer, porque em duas palavras caracterizou, da forma mais brilhante, aquilo que eu poderia dizer.

Disse o Sr. Deputado que, como portugueses, lamentam, mas que, como partido da oposição, rejubilam. É um facto, é essa a política do seu partido.

Aplausos do PS.

Quanto à expressão de crítica ao ambiente dos anos da I República, esse é um discurso que tenho ouvido, e ouvido frequentemente, mas que já há cerca de quatro anos não ouço. Foi o discurso que me ensinou o meu comandante de castelo na Mocidade Portuguesa...

Risos.

...e foi também o discurso calunioso de muitos dos meus professores, quer no liceu quer na escola, que se especializaram em denegrir a República de 1926 e em atribuir as culpas que cabem aos reaccionários neofascistas que, na sombra, conspiravam contra a República...

Aplausos do PS.

...não se eximindo de forma nenhuma de insultar o Presidente da República Teixeira Gomes, de insultar António José de Almeida e de chamar gatuno a Afonso Costa, por elementos da direita e, em imediata tradição, trauliteiros do rei D. Miguel de má memória, e os trauliteiros da Monarquia do Norte de 1920.

O Sr. Olívio França (PSD): — E onde se encontrava o Sr. Deputado?

O Orador: — Eu não me encontrava em parte nenhuma, Sr. Deputado Olívio França.

O que o Sr. Deputado acaba de dizer é reles, é baixo, é infame.

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado Sérvulo Correia terminou, depois, por dizer que esta Assembleia não é a continuação da Assembleia Nacional de 1926 a 25 de Abril de 1974. Pelo menos por parte do Partido Socialista.

Uma voz do PSD: — Ai não?

O Orador: — E agora, para que termine, de uma vez para sempre, certo tipo de injúrias e de infâmias que alguns Deputados da bancada onde o Sr. Deputado se encontra se permitiram levantar contra mim, quero dizer aqui, publicamente, como já disse, que até aos 19 anos de idade fui monárquico e que não tenho nenhuma vergonha disso.

O Sr. Olívio França (PSD): — Aí tem as sequelas.

O Orador: — Sr. Deputado Olívio França: Eu fui antifascista e tive ocasião de ter sido seu colega numa lista de oposição, no Porto...

O Sr. Olívio França (PSD): — Deve haver engano.

O Orador: — ...na qual o Sr. Deputado não se envergonhou de alinhar, fazendo-me nessa altura afirmações elogiosas, que verifico agora terem sido pura hipocrisia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Devem fazer-me a justiça de pensar que eu estou atento ao que se está a passar. Efectivamente infringiu-se o Regimento de muitas e variadas maneiras.

A intervenção que deu origem a essas infracções era uma comunicação feita por um Deputado, passível de pedidos de esclarecimento que não foram pedidos, a que se seguiu uma segunda intervenção em resposta aos esclarecimentos que não foram pedidos. Parece-me que já vai sendo altura de nos disciplinarmos um pouco mais e de obedecermos às regras que se encontram expressas no Regimento. Eu não quero ser mau, não quero começar a ser vítima de uma regimentalite aguda, mas estou a ver que sim, que tenho de começar a cumprir com muito mais rigor o Regimento, embora isso me custe. Mas, a despeito de tudo, ainda tenho a esperança de que os Srs. Deputados hão-de compreender a intenção das minhas palavras.

Informo os Srs. Deputados de que não concedo a palavra a mais ninguém neste período de antes da ordem do dia de hoje. Todavia, quem a pediu fica com ela reservada para o mesmo período da sessão de amanhã.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vamos entrar no período da ordem do dia, começando pela apreciação do pedido de concessão de prioridade e urgência na discussão

do projecto de lei n.º 50/I — Arrendamento rural, apresentado pelo PSD.

Está aberta a discussão.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado Sérvelo Correia.

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata havia requerido o procedimento de urgência em relação ao seu projecto de lei sobre o arrendamento rural, por ter consciência de que se trata de uma matéria a exigir rápida regulamentação legislativa, em termos diferentes daqueles que vigoram actualmente. Esse seu pedido de urgência foi também motivado pela circunstância de, na data em que foi apresentado, não ter este partido qualquer indicação sobre as intenções do Governo quanto à data da apresentação da sua proposta de lei sobre as bases da Reforma Agrária.

No entanto, e na medida em que, anteontem, nos foi declarado por um membro do Governo que muito brevemente essa proposta de lei seria depositada pelo Governo nesta Câmara, retiramos o pedido de procedimento de urgência por nós apresentado para o nosso projecto de lei. Todavia, não o fazemos sem deixarmos de frisar que, em nosso entendimento, a sua apreciação em comissão deveria, tanto quanto possível, acompanhar a da própria proposta de lei governamental sobre as bases da Reforma Agrária.

Concluindo, está retirado o nosso pedido de urgência para o processamento legislativo do nosso projecto de lei.

O Sr. Presidente: — Visto o pedido de urgência ter sido retirado, vamos passar a outro ponto da nossa ordem de trabalhos.

O Sr. Deputado Lino Lima está presente?

Pausa.

É que se encontra na Mesa um pedido para que este Sr. Deputado preste declarações no Serviço de Coordenação da Extinção da ex-PIDE/DGS, nos autos de carta precatória vindas da delegação daqueles serviços no Porto, extraída do processo crime n.º 100/75, em que é presumível delinquente Casimiro Vilela Rodrigues.

A Assembleia tem alguma coisa a opor?

Pausa.

Visto não ter, peço que avisem o Sr. Deputado Lino Lima de que foi concedida a autorização pedida.

Sr. Deputado Francisco Miguel, também se encontra na Mesa um pedido de autorização para que o Sr. Deputado seja ouvido como queixoso no Serviço de Coordenação da Extinção da ex-PIDE/DGS, sobre o processo crime instaurado contra o ex-subdirector Agostinho Barbieri de Figueiredo Cardoso. Contudo, como estamos em situações idênticas a algumas já verificadas e como, com certeza, a posição do Sr. Deputado é a mesma, talvez não haja necessidade de lhe perguntar se está de acordo. Não é assim, Sr. Deputado Francisco Miguel?

O Sr. Francisco Miguel (PCP): — Sr. Presidente: Se a Mesa necessitasse da minha autorização para

informar a referida Comissão de como é que eu tinha respondido a essa convocatória, eu não punha nenhuma objecção. É que eu estou pronto a explicar o que tenho a explicar acerca da PIDE, do que os seus elementos fizeram, daquilo que eram, etc., aqui nesta Assembleia ou em qualquer outro lugar lá fora, nos tribunais, mas não na sede dessa Comissão. Não estarei nunca nessa Comissão, entre quatro paredes, para fazer o jogo de uma Comissão que não quer punir a PIDE, mas sim absolvê-la.

Esse Sr. Barbieri, de quem se fala nessa convocatória, nem sequer o conheço, nunca o vi. Queriam talvez que eu fosse lá dizer que S. Ex.^a nunca me tocou. Mas não é isso que tenho a dizer da PIDE. Tenho muito a dizer, não quero maçar mais esta Assembleia, mas estou pronto a explicar. Conheço de longa data os crimes da PIDE e não estou disposto a colaborar, de nenhuma forma, na sua absolvição.

Não irei a essa Comissão e acho que ela o deve saber desta forma.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Francisco Miguel: Desculpe-me, não quero de maneira nenhuma que altere a sua posição, mas chamo a sua atenção para o seguinte é que no ofício enviado pelo Serviço de Coordenação da Extinção da ex-PIDE/DGS diz-se que «se pretende saber se a Assembleia da República autoriza o Sr. Deputado Francisco Miguel Duarte a ser ouvido num processo crime, que aqui corre os seus termos, por forma a esclarecer o conteúdo de uma carta que, com o seu nome, constitui queixa contra vários agentes da ex-PIDE/DGS».

Atendendo à sua relutância e no interesse da justiça, o referido Deputado pode ser ouvido numa dependência do edifício desta Assembleia».

Este requinte de amabilidade é desvanecedor, Sr. Deputado ...

Risos.

... embora pouco regimental, pois só o Presidente da Assembleia é que tem esse privilégio. Mas o Sr. Deputado fica já a saber que uma das intenções do pedido seria essa, a de ir esclarecer o conteúdo de uma carta.

Mas pode dizer qualquer coisa sobre isto, Sr. Deputado.

O Sr. Francisco Miguel (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesse caso não me oponho à autorização que me possa ser concedida para esse efeito e estou na disposição de, numa dependência desta Assembleia, responder às perguntas que, porventura, essa Comissão ou os seus representantes me queiram formular. Isto porque essa convocação é diferente das que, como de outras vezes, me têm feito e que me fariam deslocar à Rua de António Maria Cardoso.

O Sr. Presidente: — Será então comunicada à Comissão de Coordenação da Extinção da ex-PIDE/DGS a posição agora assumida pelo Sr. Deputado Francisco Miguel, posição que os Srs. Secretários da Mesa farão o favor de anotar.

Vamos agora continuar a discussão da proposta de lei n.º 67/I, que altera o artigo 43.º do Código da Contribuição Predial.

Sobre este ponto deu entrada na Mesa um requerimento subscrito pelo PCP, CDS, PSD e PS, do seguinte teor:

Nos termos do artigo 155.º do Regimento, os Deputados abaixo assinados requerem a V. Ex.ª que a votação na especialidade da proposta de lei n.º 67/I seja feita na 6.ª Comissão.

Macedo Pereira (CDS), Herlânder Estrela (PS), Sousa Franco (PSD) e Veiga de Oliveira (PCP).

Vamos votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr. Presidente: — Vai agora proceder-se à leitura e discussão do relatório da Comissão de Trabalho sobre o projecto de lei n.º 39/I — Cobrança de quotizações sindicais.

Para o efeito, tem a palavra o relator da Comissão.

O Sr. Leitão Paulo (CDS): — Relatório e parecer da Comissão de Trabalho relativo à votação na especialidade do projecto-lei n.º 39/I, sobre cobrança da quotização sindical:

1 — Terminada a discussão na generalidade do projecto-lei n.º 39/I e após ter sido aprovado na generalidade, foi apresentado um requerimento pelo Grupo Parlamentar do PSD no sentido de que o referido projecto baixasse à 3.ª Comissão parlamentar especializada para aí ser discutido e votado na especialidade.

2 — Esse requerimento foi aprovado por unanimidade no Plenário da Assembleia da República.

3 — Para dar seguimento a essa deliberação, a Comissão de Trabalho decidiu constituir uma subcomissão proporcional integrada pelos Srs. Deputados Francisco Vidal, Avelino Zenha, Pinto da Silva e Adelino de Carvalho, do PS; Furtado Fernandes, Rúben Raposo e Júlio Silva, do PSD; Rui Marrana e Leitão Paulo, este designado relator, do CDS, e Jorge Leite e António Zuzarte, do PCP, especialmente incumbida da discussão e votação do projecto na especialidade e elaborar o respectivo relatório.

4 — Submetido à discussão e votação na especialidade no seio da subcomissão foram consideradas todas as propostas de eliminação, alteração, emenda e aditamento que tinham sido apresentadas antes do encerramento da discussão na generalidade e outras que foram surgindo no decurso da discussão.

As posições assumidas no decorrer da apreciação e votação dos diferentes artigos que integram o projecto de lei em questão podem sintetizar-se como a seguir se discriminam:

Artigo 1.º

Foram aprovados por unanimidade os n.ºs 1 e 2 deste artigo do projecto, que não sofreram qualquer alteração.

Foram apresentadas propostas de aditamento a este artigo pelo PSD e PCP, do mesmo teor, que passaria a constituir o n.º 3 do artigo com a seguinte redacção:

3 — Nenhum trabalhador pode ser obrigado a pagar quotas para sindicato em que não esteja inscrito.

O disposto neste número foi aprovado por unanimidade.

O CDS apresentou também uma proposta de aditamento a este artigo, que foi rejeitada, com 2 votos a favor e 8 votos contra

Artigo 2.º

O CDS apresentou uma proposta de eliminação para este artigo, que retirou por não ter vingado a sua proposta de aditamento ao artigo precedente.

Os Deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira apresentaram uma proposta de alteração a este artigo, que foi rejeitada por unanimidade.

O PCP apresentou uma proposta de emenda e aditamento, que foi rejeitada por 2 votos a favor e 8 votos contra.

O PS apresentou para este artigo uma proposta com o objectivo de melhorar a redacção do projecto em análise, do seguinte teor:

Quando seja praticado ou acordado nos termos do n.º 1 do artigo anterior o sistema de cobrança de quotas deduzidas nos salários, com ou sem remessa para a associação sindical, apenas produzirá efeitos se o trabalhador, em declaração individual, a enviar ao sindicato e à entidade patronal, assim o entender e autorizar.

Feita a votação deste artigo com a nova redacção, foi aprovado com 8 votos a favor, do PS, PSD e CDS, e 2 votos contra, do PCP, que entretanto considerou esta redacção preferível à do projecto.

Uma proposta de emenda apresentada pelo PSD não chegou a ser votada por prejudicada pela nova redacção do artigo.

Artigo 3.º

O artigo 3.º do projecto sofreu algumas alterações às propostas do PS que foram apreciadas e discutidas no seio da subcomissão e que por consenso foram transferidas para a Comissão para aí serem de novo apreciadas e votadas.

Assim, o artigo 3.º passou a ter a seguinte redacção:

1 — A declaração referida no artigo 2.º pode ser feita a todo o tempo e conterá o nome e a assinatura do trabalhador, o sindicato em que está inscrito e o valor da quota estatutariamente estabelecido, mantendo-se em vigor para futuros instrumentos de regulamentação colectiva se, entretanto, o trabalhador a não tiver revogado.

2 — A declaração de autorização de desconto nos salários só pode ser revogado três meses após a sua entrega por meio de nova declaração escrita.

3 — Nos casos em que o sistema seja já praticado, o trabalhador fará a declaração no prazo de sessenta dias, após a entrada em vigor da presente lei, findos os quais, na falta da declaração, o sistema deixará de se lhe aplicar.

4 — A declaração de autorização e a de revogação só produzem efeitos no mês seguinte ao da sua entrega.

5 — Para o trabalhador que esteja abrangido pelo sistema de desconto, a declaração prevista

nos números anteriores não pode, ao abrigo de qualquer norma, obrigá-lo ao pagamento de quaisquer outras quotas ou indemnizações ou provocar-lhe quaisquer sanções que de qualquer modo atinjam o seu direito ao trabalho, as quais são consideradas nulas e de nenhum efeito.

Os n.ºs 1 e 2 do artigo constituem propostas do PS, com alterações de redacção sugeridas pelo PCP, que foram aprovadas por unanimidade.

O n.º 3 é uma proposta do PS, que foi também aprovada por unanimidade.

O n.º 4 resulta de uma proposta do PCP com alterações apresentadas pelo PSD, que foi aprovada por 20 votos a favor, do PS, PSD e CDS, e 3 abstenções, do PCP.

O n.º 5 já tinha sido aprovado em subcomissão por 7 votos a favor, do PS, PSD e ODS, e 2 abstenções, do PCP

Artigo 4.º

O artigo 4.º foi objecto de alguma discussão no intuito de lhe melhorar a sua formulação, sendo aprovada por unanimidade a seguinte redacção:

A declaração de autorização e a de revogação de um trabalhador invisual ou que não saiba escrever poderão ser assinadas, a rogo, por outra pessoa e conterão os elementos de identificação de ambos

Artigo 5.º

Foi aprovada a redacção do projecto por 7 votos a favor, do PS, PSD e CDS, e 2 abstenções do PCP.

Pelo PS foi proposto um artigo de aditamento, que passará ao artigo 6.º com a redacção seguinte:

A falta de pagamento de quotas não prejudica a passagem de carteiras profissionais ou quaisquer outros documentos essenciais à actividade profissional do trabalhador, quando a passagem desses documentos seja da competência dos sindicatos.

Este novo artigo foi aprovado por 8 votos a favor e 2 abstenções, do PCP.

O PSD apresentou uma proposta de aditamento para um novo artigo, no teor seguinte:

Na Região Autónoma dos Açores vigorará até 31 de Dezembro de 1977 o regime constante no Decreto Regional n.º 7/77/A, de 28 de Março.

Esta proposta que já tinha sido objecto de votação em subcomissão, onde havia sido rejeitada por 5 votos a favor, do PSD e CDS, e 6 votos contra, do PS e PCP, foi retomada por iniciativa do PSD no plenário da Comissão, onde, sujeita a nova votação, foi aprovada por 10 votos a favor, do PSD e CDS, 4 votos contra, do PCP, e 10 abstenções, do PS, pelo que a esta proposta ficará a corresponder o artigo 7.º

O PCP apresentou ainda duas novas propostas de aditamento que vieram a ser rejeitadas.

A primeira reproduzia, com ligeiras alterações, a proposta de artigo novo apresentada em Plenário da Assembleia da República.

A segunda apresentava à seguinte redacção:

1 — As normas sobre cobrança de quotas, acordadas nos termos do artigo 1.º mantêm-se em vigor até serem revogadas por novo acordo ou searem denunciadas pela associação sindical interessada.

2 — A norma do número anterior tem efeitos retroactivos a 5 de Dezembro de 1976.

Artigo 6.º

O artigo 6.º do projecto, que passou a artigo 8.º foi aprovado por unanimidade.

O relatório foi aprovado por unanimidade pela subcomissão, por delegação da Comissão Parlamentar do Trabalho.

Palácio de S. Bento, 26 de Maio de 1977. — O Presidente da Comissão de Trabalho — Araújo Nunes Luís. — O Relator — Leitão Paulo.

O Sr. Presidente: — Encontra-se na Mesa um requerimento, assinado por vários Srs. Deputados, pedindo que, ao abrigo do artigo 154.º do Regimento, seja adiada a votação final global do projecto de lei sobre as quotizações sindicais para a próxima reunião plenária. O número de Deputados que subscrevem o regimento é legal, a disposição existe, portanto é um direito regimental. Está deferido, como não podia deixar de ser. De harmonia com o artigo 154.º do Regimento, a votação final global será feita amanhã.

A sessão está interrompida até às 18 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Convocam-se os Srs. Deputados que constituem a delegação à reunião da EFTA, em 17 de Junho para amanhã se reunirem na sala 17, pelas 14 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi apresentado um requerimento, antes da suspensão da sessão, creio que pelo Partido Comunista Português, baseado no artigo 154.º do Regimento e pedindo que fosse adiada para amanhã a votação do diploma respeitante à cobrança de quotizações sindicais.

Nós estamos convencidos de que o artigo 154.º do Regimento dificilmente se aplica a esta eventualidade. E isto na medida em que, a nosso ver e dada até a própria redacção do artigo e o seu enquadramento sistemático, não se aplica àquela fase em que, artigo a artigo, nos termos do n.º 2 do artigo 152.º, se procede à votação do texto em causa. Parece-nos, pois, que, efectivamente, será com muita dificuldade que esse artigo pode ser invocado para requerer neste momento a suspensão da votação e a sua passagem para amanhã. Reconhecemos, no entanto, que os

requerentes poderiam invocar outra norma, neste caso concreto a do artigo 157.º do Regimento, que lhes daria efectivamente o direito de exigir o protocolamento da votação do diploma em causa.

Nessa medida, e atendendo a essa faculdade que para os requerentes resulta, a nosso ver, do artigo 157.º, não do artigo 154.º, nós estaremos dispostos a aceitar esse adiamento. Com o mesmo fundamento requeremos nós, por nosso turno, após o adiamento para amanhã da votação do projecto de lei n.º 39/I, sobre quotizações sindicais, que igual medida seja tomada em relação ao diploma sobre despedimentos.

O Sr. Presidente: — Parece que se mantém a minha decisão no que diz respeito ao n.º 5 da ordem de trabalhos. Está agora em discussão se se aplica ou não a mesma regra ao n.º 6 da referida ordem de trabalhos. Não é assim, Sr. Deputado Sérvelo Correia?

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — Sim, Sr. Presidente, nós requeremos que, a concretizar-se o requerimento formulado em relação à alínea 5) da ordem de trabalhos de hoje, idêntica decisão seja tomada em relação à matéria da alínea 6), uma vez que há identidade de fundamentos.

O Sr. Presidente: — É isso mesmo que eu tinha entendido.

Há alguma oposição quanto a este ponto?

Pausa.

Com não há, vamos votar o n.º 6, aplicando a mesma regra que usámos para o n.º 5.

É isto que o Sr. Deputado pretende?

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — É sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pedia então ao Sr. Deputado Sérvelo Correia para fazer chegar à Mesa, por escrito, o requerimento formulado oralmente.

Entretanto, como este requerimento não dispensa a leitura do relatório, peço ao Sr. Deputado Pinto da Silva para fazer a leitura do relatório da Comissão de Trabalho sobre o pedido de ratificação n.º 10/I.

O Sr. Pinto da Silva (PS): — Sr. Presidente: Uma vez que o relatório é bastante extenso, propunha, se a Assembleia não estivesse contra essa ideia — aliás já se fez assim na votação anterior —, ler apenas o texto de alterações aprovado na comissão.

O Sr. Presidente: — Há alguma oposição, Srs. Deputados?

Pausa.

Como não há, pode ler apenas o texto de alteração.

O Sr. Pinto da Silva (PS):

Terminada a discussão e votação, elegerá uma subcomissão de redacção final do diploma apro-

vado na Comissão de Trabalho, que ficou constituída por Alfredo Pinto da Silva, do PS; Amândio de Azevedo, do PSD; Jorge Leite, do PCP e Narana Coissoró, do CDS. A subcomissão apresentou à Comissão de Trabalho, no dia 25 de Maio, o texto das alterações aprovadas, cuja redacção final é do seguinte teor:

ARTIGO ÚNICO

Os artigos 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 372-A/75, de 16 de Julho, na formulação que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 84/76, de 28 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 841-C/76, de 7 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 9.º

1.
2.
3. Nas acções judiciais de impugnação do despedimento compete à entidade patronal a prova da existência de justa causa invocada.

ARTIGO 10.º

1.
2.
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Lesão de interesses patrimoniais sérios da empresa;
- f) Prática intencional, no âmbito da empresa, de actos lesivos da economia nacional;
- g)
- h)
- i) Prática, no âmbito da empresa, de violências físicas, de injúrias ou outras ofensas punidas por lei sobre trabalhadores da empresa, elementos dos corpos sociais ou sobre a entidade patronal individual não pertencente aos mesmos órgãos, seus delegados ou representantes;
- j)
- l)
- m)
- n)

ARTIGO 11.º

1. Nos casos em que se verifique algum dos comportamentos que integra o conceito de justa causa previsto no artigo anterior, a entidade patronal comunicará, por escrito, ao trabalhador que tenha incorrido nas respectivas infracções e à comissão de trabalhadores da empresa a sua intenção de proceder ao despedimento, o que fará acompanhar de uma nota de culpa com

a descrição fundamentada dos factos imputados ao trabalhador.

2. O trabalhador dispõe de um prazo de três dias úteis para deduzir, por escrito, os elementos que considere relevantes para o esclarecimento da verdade.

3. A comissão de trabalhadores pronunciar-se-á seguidamente, fundamentando o seu parecer, no prazo de dois dias úteis, a contar do momento em que o processo lhe seja entregue por cópia.

4. Decorrido o prazo referido no número anterior, a entidade patronal poderá ou não proferir o despedimento, devendo a decisão fundamentada constar sempre de documento escrito, de que será sempre entregue cópia ao trabalhador e à comissão de trabalhadores.

5. Caso a decisão fundamentada da comissão de trabalhadores seja contrária ao despedimento, o trabalhador dispõe de um prazo de três dias, a contar da decisão do despedimento, para requerer judicialmente a suspensão do despedimento.

6. Nas empresas em que, por impossibilidade legal, não haja comissão de trabalhadores, o trabalhador dispõe da faculdade de pedir a suspensão do despedimento nos termos do número anterior.

7. O tribunal competente, ouvidas as partes interessadas no prazo de quarenta e oito horas, deverá pronunciar-se no prazo máximo de trinta dias relativamente ao pedido de suspensão do despedimento.

8. A suspensão só será decretada se o tribunal, ponderadas todas as circunstâncias relevantes, concluir pela não existência de probabilidade séria de verificação efectiva da justa causa de despedimento invocada.

9. O pedido de suspensão ou a suspensão do despedimento já decretado ficam sem efeito se o trabalhador, dentro do prazo de trinta dias, não propuser acção de impugnação judicial do despedimento ou se esta for julgada improcedente, considerando-se entretanto suspenso o prazo se e enquanto o caso estiver pendente de conciliação.

10. A entidade patronal poderá suspender preventivamente o trabalhador, sem perda de retribuição, quando se verifiquem os comportamentos previstos nas alíneas c), i) j) do n.º 2 do artigo 10.º

Palácio de S. Bento, 25 de Maio de 1977. — Pel' O Presidente da Comissão de Trabalho, O Secretário, *Leitão Paulo*. — O Relator, *Alfredo Pinto da Silva*.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Vou passar a fazer a leitura do requerimento que se encontra na Mesa, que é do seguinte teor:

Requeremos que a decisão da Mesa relativamente ao adiamento da votação da matéria do n.º 5 da ordem dos trabalhos seja aplicada também, com identidade de fundamentação, à votação do n.º 6, mudando-se a ordem da apreciação das matérias para a próxima sessão.

Entendo, salvo melhor opinião, que se trata de um direito regimental e, portanto, não tenho que pôr o requerimento à votação. Está, portanto, deferido.

Como terminámos a ordem dos trabalhos para hoje, declaro encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

António Jorge Moreira Portugal.
António José Sanches Esteves.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Etelvina Lopes de Almeida.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
João Joaquim Gomes.
José Maria Parente Mendes Godinho.
José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.
Luís José Godinho Cid.
Manuel Barroso Proença.
Manuel da Mata de Cáceres.
Manuel Pereira Dias.
Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Mário António da Mota Mesquita.
Mário Manuel Cal Brandão.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Américo Natalino Pereira de Viveiros.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
Arcanjo Nunes Luís.
Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.
Henrique Manuel de Pontes Leça.
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
José Bento Gonçalves.
Manuel Joaquim Moreira Moutinho.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
António Jacinto Martins Canaverde.
Basilio Aodlfo de Mendonça Horta da Franca.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Francisco Manuel Farromba Vilela.
Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.

José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Pedro Correia Soares.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Severiano Pedro Falcão.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 Francisco Soares Mesquita Machado.
 Jaime José Matos da Gama.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Rui Paulo do Vale Valadares.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade
 de Azevedo.
 António Moreira Barbosa de Melo.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 João da Silva Mendes.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.

Partido Comunista Português (PCP)

Georgete de Oliveira Ferreira.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, *Januário Pinto*.

PREÇO DESTE NÚMERO 12\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA